

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

PEDRO MIRANDA DE AQUINO

**MOBILIZAÇÃO POLÍTICA URBANA E O USO DAS TICS
Um estudo exploratório em Jundiaí-SP**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2011**

PEDRO MIRANDA DE AQUINO

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA URBANA E O USO DAS TICS
Um estudo exploratório em Jundiaí-SP

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob a orientação do Prof. Doutor Salvador Antonio Mirelles Sandoval.

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à VIDA por sempre colocarem à minha frente as oportunidades de meu crescimento.

Agradeço à minha família toda, em especial minha mãe Silvia, meu pai Alvaro, e minha irmã Mariana.

Agradeço a Anneliese, por nosso amor e compreensão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Salvador Sandoval e aos membros da minha Banca de Qualificação, Profa. Dra. Vera Chaia e Prof. Dr. Odair Sass.

Agradeço ao idealizador do Cidade Democrática, Rodrigo Bandeira, por acreditar em seus sonhos.

Agradeço a Henrique Parra Parra Filho, polinizador de cidadania.

Tim Berners Lee, você é um gênio.

Agradeço a todos os ativistas deste mundo: a hora é agora.

RESUMO

Pedro Miranda de Aquino

Mobilização política urbana e o uso das Tics:

um estudo exploratório em Jundiaí-sp

A pesquisa se teve por objetivo compreender os processos envolvidos na articulação do Comitê Cidade Democrática de Jundiaí. O grupo iniciou suas atividades em agosto 2009 e tinha por finalidade inicial divulgar o site Cidade Democrática, a fim de que o aumento da participação cidadã em Jundiaí promovesse as mudanças que cada entidade componente desta coalizão esperava ver realizadas. O fato de o grupo ter feito uso intensivo de recursos digitais foi suficiente para constatar o caráter extraordinário do caso e decidir por uma investigação exploratória da série de fenômenos políticos ocorridos em Jundiaí. Desta forma, esperava-se poder contribuir com a disciplina da Psicologia Social, especialmente na área de investigação da Psicologia Política e dos Movimentos Sociais. A partir dos dados coletados e da análise que fizemos, constatamos a funcionalidade do site para a colaboração entre cidadãos, demonstramos os limites e as potencialidades que o Comitê desenvolveu para mobilizar cidadãos e apontamos para o quadro de pouca receptividade do governo local na gestão relativa ao período deste estudo.

Palavras-chaves: participação cidadã, webcidadania, movimentos sociais.

RESUMO

Pedro Miranda de Aquino

Mobilização política urbana e o uso das Tics:

um estudo exploratório em Jundiaí-sp.

The research aimed to understand the processes involved in articulating the Comitê Cidade Democrática de Jundiaí. This group has began its activities in August 2009 and was initially intended to disclose the Cidade Democrática website, so that the increased citizen participation could promote the changes they expected in the city of Jundiaí. The fact that the group has made extensive use of digital resources is sufficient to note the extraordinary nature of the case and let us decide on an exploratory series of the political phenoma occurring in Jundiaí. Thus, it was expected to contribute to the discipline of social psychology, especially in the research area of Political Psychology and Social Movements. The analysis of the data collected verified the functionality of the website for the citizen collaboration, also, the limits and possibilities of the Committee to mobilize citizens are demonstrated, and the lack of responsiveness of local government was pointed.

Keywords: citizen participation, e-democracy, social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 – CONTEXTO.....	12
1.1 – O PARADIGMA SOCIOTÉCNICO.....	12
1.2 – MOVIMENTOS SOCIAIS E O USO DAS TICS.....	15
1.3 – CIDADANIA E O USO DAS TICS.....	17
1.4 – COMPUTAÇÃO SOCIAL	18
2 – METODOLOGIA.....	21
3 – CIDADE DEMOCRÁTICA.....	25
3.1 – DA COMPUTAÇÃO SOCIAL À WEBCIDADANIA.....	25
3.2 – O PROJETO CIDADE DEMOCRÁTICA.....	27
3.3 - ESTRUTURA DO SITE.....	30
4 – O CASO DO COMITÊ CIDADE DEMOCRÁTICA DE JUNDIAÍ.....	37
4.1 – A COMPOSIÇÃO DO COLETIVO.....	38
4.2 – AS PRIMEIRAS AÇÕES.....	40
4.3 – AÇÃO CONTINUADA DO COMITÊ CIDADE DEMOCRÁTICA.....	46
5 – CONCLUSÕES.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada ganhou vida nos encontros promovidos pelo Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais. Um de nossos encontros contou com a presença de Rodrigo Bandeira, administrador do site Cidade Democrática¹, que viera nos apresentar seu trabalho com a *webcidadania* a partir de seu site. Sua apresentação nos ajudaria a aprofundar os debates que vínhamos realizando acerca do tema das redes sociais como vistas nas ciências políticas. Naquela ocasião, o tema da mobilização política adquiriu mais corpo e sua visita acabou ganhando novas dimensões em nosso núcleo de pesquisa.

Além do interesse que a própria novidade tecnológica suscitava, foi ali que soubemos que um grupo de jovens em Jundiaí vinha fazendo uso sistemático deste site e estimulando o seu uso para debater questões pertinentes à cidadania local. Para nossa maior surpresa, este grupo, autodenominado Comitê Cidade Democrática, também já contabilizava os resultados de suas iniciativas, e, entre as que foram citadas pelo visitante, estavam a mudança de horário das audiências públicas e o fim do voto secreto na Câmara dos Vereadores de Jundiaí.

Verificando os registros do site, foi possível constatar que, de fato, havia em Jundiaí um grupo relativamente organizado fazendo uso sistemático de recursos digitais para tornar o site uma ferramenta amplamente difundida para a cidadania naquela cidade. Concomitantemente, o mesmo grupo vinha organizando ações coletivas a partir das facilidades de comunicação que a ferramenta oferecia.

Ao mesmo tempo que se constatou o fenômeno acima descrito, uma pesquisa bibliográfica inicial revelou que, nas mais diferentes disciplinas que abordam o tema da política em suas relações com a internet, havia muito menos trabalhos feitos sobre casos concretos do que elaborações do âmbito teórico, ou até mesmo especulativo. Sendo assim, ficou patente para nós que o fenômeno encontrado se tratava de um caso relevante para ser investigado. Além disso, a pesquisa exploratória seria a contribuição científica mais conveniente para a Psicologia Social, já que o tema da

1 <http://www.cidadedemocratica.org.br>

mobilização política urbana feita com auxílio da internet não contava com qualquer descrição feita sobre dados empíricos.

Mais do que uma contribuição para a Psicologia Social, o tema escolhido se mostrou absolutamente pertinente ao contexto histórico atual em que se testemunham mudanças na Política, na Economia e no Comportamento Humano graças à capacidade conectiva que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) acrescentam à sociedade. De fato, a inovação encontrada no caso do Comitê Cidade Democrática em Jundiaí é parte integrante de uma série de fenômenos de ação coletiva, marcados pelo uso criativo dos recursos digitais para o engajamento político. Esses fenômenos vêm sendo largamente noticiados pela imprensa, principalmente quando se referem a casos impactantes como a onda de protestos na Tunísia e no Egito que derrubaram antigos ditadores e foi chamada de “Revolução 2.0”, numa referência explícita ao papel cumprido pelas redes sociais virtuais nesses eventos.

Desde 2009 – quando foram disparadas as ações do Comitê em Jundiaí – até o período atual, diversos casos de mobilização política pela internet foram relatados pela imprensa, com maior ou menor destaque. Contudo, o aumento da frequência destas notícias denota a emergência de novos padrões de ação coletiva, somente possíveis com a existência e a popularização gradativa do acesso à rede mundial de computadores.

O caso do Comitê Cidade Democrática de Jundiaí pertence a um contexto particular, relativo a uma cidade do interior paulista, que entre muitos fatores passíveis de análise, conta com uma população majoritariamente de classe média e média alta, que nos últimos 20 anos manteve o mesmo partido, o PSDB, no poder. A pouca alternância na administração local indica, em primeira análise, que o eleitorado da cidade tem uma tendência conservadora em suas opções políticas. Por consequência, é de se esperar que haja pouco espaço para o debate político, seja pela disposição do eleitorado ou pela disposição dos gestores municipais, que via de regra trabalham pela manutenção de seu poder.

As especificidades do contexto político local reforçam nossa escolha por uma pesquisa exploratória pois todas as estratégias de ação implementadas pelo Comitê Cidade Democrática buscavam interagir com a realidade local. De acordo com TILLY (1995) a democracia é um tipo de cidadania resultante de contingências históricas e se modifica ao longo do tempo por fatores concomitantes. Para citar apenas um fator que se destaca em Jundiaí, temos que a criação e expansão dos sistemas eleitorais contribui para o desenvolvimento de uma cidadania ampla, com consultas que vinculam os cidadãos aos membros do Estado e às suas políticas. Inversamente, o não desenvolvimento dos mecanismos de consulta assemelha a cidadania a uma oligarquia – ainda que democrática. Como será exposto, uma das disputas encampadas pelo grupo jundiaiense se deu, justamente, no questionamento dos mecanismos de consulta popular disponíveis na cidade.

Ainda de acordo com TILLY (2010) as características que uma democracia assume são contingentes para a formação dos movimentos sociais. E, assim como não há uma só democracia, diferentes movimentos serão correspondentes às oportunidades democráticas pertinentes a cada forma de cidadania vigente. Conforme as afirmações acima, o Comitê Cidade Democrática é uma resultante das contingências de Jundiaí, assim como toma parte e influencia o processo de construção da cidadania democrática na cidade. Apesar das afirmações aparentemente pressuporem genericamente que o grupo de Jundiaí seja um movimento social, neste ponto se faz necessário evitar a imprecisão do senso comum e indicar que tipo de fenômeno político estamos tratando na descrição deste caso.

Uma definição bastante ampla de movimentos sociais (ILSE, 2006) informa que eles se constituem em torno de uma identidade coletiva, da definição de adversários, ou opositores e de um projeto, ou utopia. Estes elementos se expressam em manifestações públicas com participação de simpatizantes nas quais se afirmam as posturas ideológicas, e também por meio de alianças com outras organizações correlatas. Todas estas características estão presentes em algum grau no Comitê Cidade Democrática e, no entanto, os critérios estabelecidos por DIANI e BISON (2010) indicam que o caráter instrumental da aliança feita entre os grupos e associações para constituir o coletivo de Jundiaí tornam o termo *coalizão* mais preciso para se referir a ele. Por instrumental, entendemos que a rede formada para

estimular a participação local se torna mais densa quando determinadas ações coletivas são eleitas para serem empreendidas, podendo essa mesma rede se dissolver quando não há objetivos específicos à vista.

O estudo aprofundado dos movimentos sociais, e suas diversas variações, é uma tarefa contínua de alta significância para o esclarecimento das formas em que a democracia está sendo construída e desconstruída no Brasil e em outros países de regime democrático. Assim, ao escolher explorar o caso do Comitê Cidade Democrática optamos por fornecer os detalhes de um processo de coalizão iniciado em 2009, que teve como elemento fundamental a utilização de recursos digitais para tornar interesses comuns em ações coletivas.

Sabendo que a especificidade do objeto desta pesquisa não é o comparativo entre movimentos, nem mesmo a análise das condições de cidadania no interior paulistano, temos que o objeto de investigação foi o uso feito da ferramenta digital, no contexto descrito. Desta forma iremos registrar o “como aconteceu” do fenômeno que delimitamos, suas relações com o contexto local e suas implicações para o contexto global de uma sociedade em processo de mutação. Pretendemos, assim, que o material registrado sirva de base para outros estudos sobre movimentos sociais, na medida em que espera que seja cada vez mais frequente e criativo o uso de recursos digitais para o engajamento político. Outrossim, será gratificante que os relatos e análises aqui apresentadas sejam úteis para o aprimoramento das estratégias de mobilização política urbana.

No primeiro capítulo da dissertação faremos uma breve contextualização em que será delimitado o campo deste estudo como estando situado entre (1) as transformações tecnológicas mais atuais da comunicação, (2) as transformações recentes observadas nos modos de ação dos movimentos sociais e, também (3) a interdependência que está sendo construída entre tecnologia digital em rede e mobilização política urbana. Em outras palavras, levantaremos os pontos que julgamos fundamentais para a compreensão de um paradigma emergente, baseado nas relações em rede e na crescente importância das comunicações mediadas por computador.

O segundo capítulo irá expor a metodologia escolhida para realizar esta pesquisa. Além de justificar a escolha de uma estratégia de investigação exploratória, também será apresentado o processo de coleta de informações que a pesquisa demandou. Junto ao primeiro capítulo, o segundo também contextualiza o leitor aos dados e às análises que serão apresentadas nos capítulos seguintes que se referem ao próprio caso estudado.

O terceiro capítulo é a apresentação do site Cidade Democrática. Para descrevê-lo com o máximo de detalhes este capítulo contém duas partes complementares: (1) na qual se descreve a concepção e os ideais que fundamentam o projeto como um todo, e (2) onde se diseca a interface do site propriamente dito, da maneira que se apresenta ao usuário. Alguns pontos são esclarecidos por trechos da entrevista concedida por Rodrigo Bandeira e também são feitas algumas considerações analíticas sobre o que está sendo descrito, de modo a integrar o conteúdo deste capítulo ao conjunto da dissertação.

No quarto capítulo, chegamos à peça fundamental desta dissertação: o caso do Comitê Cidade Democrática de Jundiaí. O caso foi descrito numa sequência cronológica, ainda que alguns eventos ocorridos estivessem sobrepostos. Para facilitar a compreensão que tivemos dos fenômenos, fizemos algumas considerações analíticas ao longo do caso e intercalamos os registros colhidos a partir do site com trechos das entrevistas concedidas por Henrique Parra e pelo vereador Durval Orlato, ambos usuários do site e protagonistas no relato.

Finalmente, o quinto capítulo contém a síntese do que pudemos observar no desenvolvimento desta pesquisa. Esta síntese não seria completa se não situasse novamente o caso como parte de um contexto mais amplo, de uma sociedade em transformação. Sendo assim, entre as considerações finais deste capítulo discutiremos também as relações entre a série de fenômenos que descrevemos com os mais recentes acontecimentos políticos, que colocaram a relação dinâmica entre movimentos sociais e mídias digitais no centro das atenções mundiais.

1 – CONTEXTO

1.1 – O PARADIGMA SOCIOTÉCNICO

O destino da humanidade sempre esteve atrelado à disponibilidade de tecnologias que permitem ao humano produzir sua existência. A complexidade tecnológica disponível sempre esteve vinculada à complexidade das sociedades humanas. Nos primórdios da evolução humana, a tecnologia de controle do fogo era diretamente associada à organização tribal existente na época. Igualmente, a existência de uma linguagem escrita sistematizada por alfabetos está diretamente associada à possibilidade de realizar trocas comerciais pela via do dinheiro e também à existência de sistemas políticos regulados por uma lei escrita. Fogo, dinheiro e escrita são exemplos de tecnologias que modificaram a condição do viver humano em períodos específicos de sua história. No século XX, as tecnologias de comunicação tiveram papel central nos acontecimentos históricos a partir da invenção do rádio, depois da televisão e, por fim, da Internet.

O aparato tecnológico correspondente à sociedade em que vivemos surgiu na década de 70 do século XX (Castells, 2004). Naqueles anos, passaram a ser comercializados os primeiros microprocessadores e também os microcomputadores pessoais. Ao mesmo tempo, foi lançada a revolucionária rede eletrônica de comunicação da ARPA², que pouco depois veio a se tornar a Internet. Tecnologias como a fibra ótica e o protocolo TCP-IP³ - que operacionaliza todas as trocas de dados entre diferentes redes - também fizeram parte do nascimento desta grande rede telemática para onde convergem todas as tecnologias de comunicação e informação (TICs) atualmente.

Oriunda de um esforço militar estadunidense para criar uma rede de comunicação computacional indestrutível a ataques nucleares, a Internet foi aberta comercialmente na década de 1980, um pouco depois de ter sido utilizada para

2 Advanced Research Project Agency - agência de pesquisas militares dos EUA.

3 Transmission Control Protocol - Internet Protocol.

finalidades da comunidade científica americana, na mesma década. Em poucos anos, já era possível notar a liberdade de criação que esta rede eletrônica mundial permitia a qualquer de seus usuários. O rápido alastramento que a Internet alcançou, juntamente com a enorme diversidade de funções sociais, econômicas e políticas tornaram-na um elemento central em um contexto social que podia ser reconhecido como a Sociedade da Informação (CASTELLS, 2004). Mais uma vez na história humana temos o paradigma sociotécnico exercendo um papel fundamental na sociedade, modificando a experiência humana, as relações de poder, as trocas econômicas e os ciclos de produção.

Enquanto uma rede física de computadores conectados ao redor do mundo a Internet representa um aparato tecnológico que permite enorme fluxo de dados e um número virtualmente infinito de conexões entre indivíduos, organizações e dispositivos eletrônicos. Ao mesmo tempo em que é um aparato físico de conexão entre computadores, a rede mundial constitui um ambiente de interações humanas que demanda a criação de outras tecnologias para tornar inteligíveis os dados circulantes dando vazão às demandas que os indivíduos e as sociedades colocam a partir de sua interação via rede virtual. As tecnologias criadas para atender tais demandas, constituídas na maior parte por códigos de programação e aplicativos de computação, são responsáveis pela ecologia do ambiente virtual ou *ciberespaço* já que atuam mais próximas da interface entre humanos e máquinas (LEVY, 2004). É precisamente nesta interface de interação humano-máquina-máquina-humano que vemos nascer um ciclo de mudanças sociais coadjuvado pela tecnologia, caracterizando assim o paradigma sociotécnico atual.

A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo. Sendo mais preciso: os produtos das novas indústrias de tecnologia da informação são dispositivos de processamento da informação ou o próprio processamento da informação. Ao transformarem os processos de processamento da informação, as novas tecnologias da informação agem sobre todos os domínios da atividade humana e possibilitam o estabelecimento de conexões infinitas entre diferentes domínios, assim como entre elementos e agentes de tais atividades. Surge uma economia profundamente interdependente que se torna cada vez mais capaz de aplicar seu progresso em tecnologia, conhecimentos e administração na própria tecnologia, conhecimentos e administração (CASTELLS, 2004:88).

O ciclo retroalimentado pela comunicação mediada por computadores (CMC) se espalha gradualmente modelando pouco a pouco a comunicação simbólica humana, o comportamento social e, portanto, a toda a cultura da sociedade atual. Sem embargo, as características destas formas emergentes de comunicação são também condicionantes do conjunto de valores e costumes que uma sociedade assume como adequados nas relações entre pessoas físicas, jurídicas ou governamentais.

Um dos fatores mais evidentes da influência simbólica e cultural exercida pela Internet está na sua organização eminentemente formatada como uma rede de pontos interconectados. Certamente, a organização em rede não é uma criação original de quem construiu a Internet mas, mesmo assim, é inédita na história humana a valorização excepcionalmente difundida de termos associados ao paradigma da rede tais como descentralização, participação, compartilhamento, não hierarquização, abertura, acesso universalizado, redes sociais e *networking*, entre outros.

As inovações do vocabulário corrente numa sociedade são também os reflexos das mudanças nas relações econômicas, políticas, sociais e produtivas como um todo. Mercados antes indizíveis surgem de dentro da Internet a partir da facilidade das transações eletrônicas comerciais e lado a lado com uma vigorosa cultura de prestação de serviços gratuitos, baseada na abundância de recursos criativos disponíveis na rede eletrônica mundial bem como novos padrões de consumo (ANDERSON, 2009).

A indústria das telecomunicações e a imprensa em geral têm sofrido mudanças impactantes e continuam lutando para se adequarem à nova realidade comunicacional, que pulverizou o processamento da informação em milhares de pontos que conversam entre si, sem necessitar de uma referência que centralize e/ou que avalize os conteúdos. Desde um poderoso boca a boca viabilizado pela interconectividade, passando por blogueiros com público fiel e chegando até os grupos de mídia independente, a imprensa se viu ameaçada de se tornar desnecessária em uma sociedade que, a longo prazo poderá se tornar universalmente conectada.

A conectividade amplia o leque das formas de participação dos cidadãos e

evidencia o valor presente nas práticas de solidariedade e colaboração mútua. Na esfera política, vemos os governantes nacionais e internacionais tendo que se adequar às demandas de maior transparência e *accountability*⁴, bem como dar suporte e abertura à participação cidadã.

Ao mesmo tempo, vimos nas últimas décadas que os movimentos sociais deixaram de ser meramente opositores do Estado e da classe dominante para serem atores potentes, organizados em redes que atuam coletivamente enquanto co-construtores da sociedade e representam demandas específicas de grupos sociais diversos. Notavelmente, a história recente dos movimentos sociais informa que estes grupos de ação coletiva foram pioneiros na adoção dos padrões descentralizados da organização em rede, antes mesmo que isto se tornasse a tendência cultural que vemos hoje. Este fato histórico prova que movimentos sociais são, por excelência, os agentes de inovação social dentro de uma sociedade e nos permite ressaltar a relevância de investigar a intersecção entre estes agentes inovadores e as novas tecnologias de informação e comunicação do contexto atual.

1.2 – MOVIMENTOS SOCIAIS E O USO DAS TICS

A grande diversidade de causas encampadas por movimentos como o dos direitos humanos, o feminista, o de cidadania, moradia e outros só tiveram ganhos com a diversidade de conexões que a rede telemática mundial proporciona. Além disso, a forma de organização descentralizada e o uso criativo de recursos simbólicos vinculados ao cotidiano humano por estes movimentos permitiu grande fluência entre eles e a adoção da tecnologia emergente no final do século XX. Sobretudo, nota-se o fortalecimento da capacidade de mobilização que os movimentos conquistaram fazendo uso da Internet.

O exemplo trazido por CASTELLS (2004) quanto às lutas sociais é bastante surpreendente se pensarmos no impacto que uma organização de índios mexicanos teve sobre seu país e o mundo na forma de estratégias de mobilização. Ao fazer um

4 O termo em inglês não tem tradução adequada em português e geralmente é utilizado na língua anglo-saxônica. Refere-se à prática da prestação de contas e divulgação de dados que permitam aos interessados a avaliação completa de um período de gestão.

levante armado, contra o governo do partido que há 71 anos dominava o poder no México, o Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN), liderado pelo Subcomandante Marcos conquistou não somente o apoio massivo da população de seu país como também a simpatia e adesão de diversos movimentos sociais, instituições e pessoas no mundo inteiro. O elemento de inovação consistiu no uso de uma estratégia midiática inédita e poderosa, através de correios eletrônicos que eram traduzidos pelos aliados em outros países e que chamou a atenção de todo o mundo para a realidade mexicana. Na mesma estratégia de comunicação, tanto os e-mails quanto as entrevistas concedidas à imprensa veicularam a mensagem de que aquela luta, encabeçada pelos índios do Chiapas, era representativa de toda a nação mexicana explorada por um modelo massacrante de globalização, mas também representava no mundo todo aqueles que gritavam contra as práticas do neoliberalismo que cresciam naquela época.

Tendo conquistado uma diversidade de apoios por todo o mundo, os zapatistas começaram a promover encontros culturais e políticos que reuniam diversas tribos em torno do mesmo tema antiglobalização. Relata-se que o número de participantes nestes *Encontros Intercontinentais pela Humanidade e contra o Neoliberalismo* dá status de proeza aos seus organizadores (Cleaver, 2000). A proeza se deu por terem reunido três mil participantes no verão de 1996 e quatro mil no encontro que realizaram na Espanha no ano seguinte. Até então, no mundo, apenas organizações mundiais e institucionalizadas, ou com o apoio de governos, conseguiam reunir tantos participantes, como foi o caso da conferência Eco-92. Os encontros tinham como pauta: (1) políticas contemporâneas do capitalismo global (neoliberalismo), (2) maneiras de elaborar uma rede global de oposição a estas políticas, e (3) maneiras de interconectar vários projetos para elaborar alternativas.

Outrossim, conforme Gohn (2004), os zapatistas têm o crédito de serem pioneiros do movimento antiglobalização. Após os primeiros encontros intercontinentais citados, seguiram-se, em 1997, as campanhas da Global Trade Watch contra a Organização para Comércio e Desenvolvimento Econômico (OECD), a Marcha Européia contra o Desemprego; em 1999 cem mil manifestantes se reuniram em Seattle (EUA) entre 30 de Novembro e 4 de Dezembro daquele ano. De uma forma completamente autônoma, diversos grupos em todo o mundo passaram a se organizar para manifestar sua oposição ao processo de globalização exploratório

que o capitalismo produzia. Neste período ficaram conhecidas as manifestações chamadas *smartmobs*, que se caracterizavam por reunir e dispersar os ativistas de uma maneira aparentemente instantânea, com o auxílio de mensagens de celular.

De outra maneira, mas ainda na antiglobalização, o ano de 2001 marca um novo ciclo nesse movimento com o acontecimento do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro, no Brasil, em torno do lema 'Um outro mundo é possível'.

O evento, organizado em tempo recorde por oito entidades, ganhou projeção inusitada: delegações de 122 países estiveram presentes; quase quatro mil delegados representaram 800 organizações sociais; cerca de 400 oficinas apresentaram trabalhos de experiências inovadoras no campo social, que iam da formação de lideranças comunitárias aos trabalhos de geração de renda, trabalhos com grupos de mulheres e suas diferentes lutas, projetos inovadores desenvolvidos nas escolas públicas, inúmeras experiências no campo da ecologia ambiental, resultados de ações de parcerias povo-governo, políticas sociais cidadãs voltadas para inclusão social, novas formas de gestão de setores públicos via conselhos, práticas inovadoras de planejar a cidade e o Estado via orçamentos participativos etc (Gohn, 2004:58)

De uma certa forma, as características dos consecutivos FSMs que continuaram a se realizar nos anos seguintes, resumem o processo de diversificação e ampla difusão que os movimentos sociais, de um modo geral, obtiveram ao adentrarem o paradigma das redes. A cada encontro podiam ser encontradas coletividades e agrupamentos alinhados aos mais diversos propósitos e orientações de crenças, práticas e metodologias de ação, lado a lado para formular propostas que tornariam o mundo mais benéfico para todos. Espiritualistas, militantes políticos, cientistas, ONGs, indígenas e ativistas das mais diversas causas podiam encontrar seus pares e tecer ainda mais conexões globalmente. Desta forma, uma rede como a Internet se torna o suporte perfeito para que outras inovações dos movimentos sociais surjam, aliando diversidade e interconectividade.

1.3 – CIDADANIA E O USO DAS TICS

Um outro aspecto da inovação social dentro da temática dos movimentos sociais também acompanha o paradigma sociotécnico vigente. Podemos considerar

que a demanda pela efetivação da cidadania seja a mais descentralizada demanda de um movimento social já que, em última instância, ela é tão diversificada quanto a multiplicidade de indivíduos dentro de uma sociedade.

De modo muito parecido no que se refere à multiplicidade, a característica altamente descentralizada da Internet equaliza todos os seus usuários em potenciais emissores, bem como receptores de informação. Cada usuário é portador de uma demanda diferente de cidadania e portador da mesma possibilidade de expressar suas convicções e necessidades dentro do ciberespaço. Como se sabe, o desenvolvimento constante dos serviços presentes na rede mundial está direcionado para facilitar o acesso, organizar a informação, promover e qualificar a o produto das interações entre usuários no mundo todo. Desta forma, a inovação que está ocorrendo neste campo se inicia pela ampliação das oportunidades de participação cidadã através dos recursos advindos da comunicação mediada por computadores.

Uma das maneiras mais simples de participação cidadã pela via virtual e que tem tido resultados efetivos é a adesão a abaixo-assinados eletrônicos. Em 2010 a Avaaz, uma organização internacional de pequeno porte, conseguiu mobilizar milhões de pessoas ao redor do mundo em torno de diversas causas planetárias ou locais. No Brasil, esta mesma organização teve papel fundamental na aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Ficha Limpa. Emitindo e-mails para uma imensa lista de contatos no Brasil e incentivando a quem aderisse que convidasse sua lista de contatos a fazer o mesmo, em pouco tempo 2 milhões de assinaturas foram obtidas, viabilizando a entrada do projeto na pauta do Congresso Nacional às vésperas de uma eleição federal.

Outras iniciativas simples demonstram que a atividade com finalidades políticas tem muito espaço dentro da rede e grande repercussão no cenário global. Os vídeos publicados no Youtube, mostrando a morte de uma manifestante no Irã e a violência de um ataque israelense a um navio de missão humanitária na Faixa de Gaza, provam que a expressão política não requer mais do que um celular capaz de gravar vídeos e alguns minutos de acesso à Internet. Apesar desta evidência, ainda não existem dados e pesquisas que permitam afirmar que a participação cidadã ou política tenha aumentado pela popularização da Internet. De qualquer forma, o

barateamento dos custos de participação em termos financeiros e temporais, a possibilidade de participação anônima e a facilidade de organização que a rede oferece são fatores que, no mínimo, potencializam a participação dos atores que já cultivavam algum exercício político (ANDUIZA, CANTIJOCH e GALLEGO, 2009).

1.4 – COMPUTAÇÃO SOCIAL

O ciclo atual do desenvolvimento tecnológico dentro do espaço virtual se tornou conhecido como um fenômeno mercadológico denominado Web 2.0. Entretanto, de acordo com LEMOS (2010), preferimos nos referir a este ciclo como a *computação social*. Em ambos os casos, a inteligência humana aplicada ao desenvolvimento de softwares se volta para facilitar a socialização do conhecimento, de dados e de informação, a partir de serviços centrados na experiência do usuário. Por sua vez, nesses serviços o internauta é convidado a compartilhar suas ideias, seus interesses e seu expertise a partir de diversas formatações que a informação pode assumir no ciberespaço – por exemplo vídeos, transmissões de áudio, postagens de blog, anotações sobre documentos fornecidos por outros, ou simples mensagens nos seus perfis virtuais.

O fluxo constante dos dados passa por uma filtragem peculiar ao software que o promove. Os dados filtrados resultam em informações agrupadas por categorias compreensivas, mas também em agrupamentos de usuários, que vão tecendo conexões mútuas ao ponto de se tornarem comunidades virtuais. As comunidades virtuais são formadas em torno de interesses e práticas comuns aos usuários e podem ter diversas finalidades, desde o acúmulo de conhecimento acerca de um tema, até a busca por solucionar um problema cuja resposta seja totalmente desconhecida.

De fato, a sabedoria latente nos coletivos tem sido aproveitada para diversas finalidades e nesta lista incluem-se desde problemas da ciência avançada, até a solução de pequenos e significativos problemas do cotidiano. A grande flexibilidade da rede é um dos fatores que promovem sua franca expansão e cada vez mais

usuários encontram nela uma maneira de exercer suas singularidades. Para cada finalidade um modelo diferente de gestão de fluxos informacionais pode ser criado e, no que se refere à aproximação entre o ciberespaço e a vida cotidiana de um cidadão, não há nenhum que supere os sites de redes sociais.

Os serviços mais populares⁵ encontrados na Internet têm a característica evidente de serem desenhados para que sejam parte integrante - e constante - da vida cotidiana de seus usuários. Uma rede social como o Facebook por exemplo, oferece ao internauta a chance de construir uma *persona* virtual - chamada perfil - através da qual pode se relacionar com o círculo de amigos que escolher e que possuam igualmente um perfil no mesmo serviço. Mensagens de texto, fotos, arquivos de vídeo e áudio, hiperlinks para assuntos de seu interesse, tudo isso pode ser compartilhado a partir do acesso a um computador ou um celular. Da mesma maneira, é a partir de seu perfil nesta ou em outra rede social que o usuário poderá compartilhar suas ideias acerca do mundo, escolhas políticas e religiosas, hábitos de consumo e, desta maneira, poderá manter uma conversação em tempo integral com seus pares.

O Facebook, é um tipo abrangente de site de rede social, capaz de agregar interesses muito variados. Outras redes sociais se aplicam ao compartilhamento de gostos musicais (LastFM), outras podem ser bastante abrangentes no tipo de público, mas somente promovem conexões de interesse profissional (LinkedIn). Como veremos no próximo capítulo, os fenômenos que esta pesquisa se propõe a investigar estão associados também a uma rede social online, chamado Cidade Democrática. Sua especificidade está em conter uma programação que coleciona demandas de cidadania dos usuários, e as deixa publicadas para que recebam soluções correspondentes, provenientes de outros usuários. Desta rede são participantes cidadãos comuns, gestores públicos, atores institucionais não governamentais e também representantes do setor empresarial. Todos estes atores dialogam de igual para igual num esforço coletivo para melhorar as condições do viver em sociedade. Como veremos, algumas das interatividades ali ocorridas tiveram papel fundamental na promoção de mudanças sociais dentro do município de Jundiaí-SP. Sendo assim,

5 Dados publicados pela Folha de São Paulo em 2010 indicam que 74% dos usuários brasileiros da Internet possuem um perfil no Orkut.
<http://www1.folha.uol.com.br/foha/informatica/ult124u722195.shtml>

será a partir deste serviço da computação social que começaremos a nos aproximar de nosso objeto de investigação.

2 – METODOLOGIA

A pesquisa relativa ao caso que é apresentado nesta dissertação tem início em novembro de 2009, quando tomamos conhecimento do site Cidade Democrática e também da existência de um coletivo de jovens de Jundiaí que se autodenominou Comitê Cidade Democrática. Recebida a notícia, algumas visitas preliminares foram feitas ao site e também verificado que o Cidade Democrática não era uma iniciativa isolada para facilitar a prática da cidadania com o auxílio de aplicativos online. Neste período foi constatado que havia diversos aplicativos disponíveis na internet, tanto no Brasil como em outros países, e que no Brasil tais iniciativas estavam agrupando-se em torno da denominação webcidadania.

Além da constatação de que o fenômeno encontrado em Jundiaí fazia parte de um contexto mais abrangente no ciberespaço, julgamos necessário ter contato direto com algum integrante do chamado Comitê Cidade Democrática. Nesta época, o coordenador do Movimento Voto Consciente Jundiaí e articulador inicial do comitê jundiaiense Henrique Carlos Parra Parra Filho havia sido contratado pelos administradores do site Cidade Democrática para fazer parte de sua equipe. Por esta razão, foi possível ter um encontro informal no escritório da ONG que acolhe juridicamente o site e ter com ele uma conversa de aproximação que nos propiciou uma visão geral das ações que o coletivo de Jundiaí estava realizando, bem como que havia ali um caso original do uso de recursos digitais para mobilizar a participação cidadã em torno das demandas urbanas locais. No mesmo encontro, a conversa estimulou nosso interesse pelo caso e nos fez saber que havia naquele coletivo a disposição e o interesse de contribuir com a pesquisa que então se delineava.

A partir das primeiras aproximações feitas ao provável objeto de estudo, entendemos que o sucesso de algumas ações empreendidas pelo coletivo conferiam um caráter extraordinário ao caso e tornavam-no relevante para ser investigado. Somado a isso, a investigação que seria empreendida tinha chances de ser significativa para o contexto científico, já que na Psicologia Social não se conheciam pesquisas similares, muito menos que fizessem referência a dados concretos. Por

todas estas constatações, o desenho da pesquisa passou a ser uma investigação exploratória do caso do Comitê Cidade Democrática Jundiaí.

O começo da investigação propriamente dita se deu já no primeiro semestre de 2010, quando passamos a tomar contato com os elementos principais que marcavam o caso. Até então, a única marca cronológica do caso era o início das atividades do comitê, tal como estavam registradas no site. Pela característica exploratória, somente mais à frente foi possível determinar o fim do período a ser pesquisado.

Em primeiro lugar, decidimos conhecer as especificidades da plataforma de interação online que fora utilizada pelo grupo de Jundiaí. Assim, nesta etapa da pesquisa este investigador passou a frequentar o site, registrando-se como usuário e também interagindo com outros usuários a partir da criação de novos tópicos no fórum do aplicativo. Os tópicos criados por outros usuários também foram utilizados. Neste momento, foram testadas as funcionalidades do site e também observadas as respostas que eram obtidas ao interagir neste ambiente.

Paralelamente à exploração empreendida no Cidade Democrática, viemos a conhecer também os diferentes tipos de interações que as outras propostas de webcidadania promoviam. Contudo, tais observações serviram mais para “dissecar” a ferramenta do que para avaliá-la, já que o objeto central girava em torno das interações promovidas pelo Comitê Cidade Democrática.

O fim do período investigado se deu concomitantemente ao período que antecedia as eleições federais de 2010. Nesta época, o Movimento Voto Consciente passou a focalizar suas ações nas atividades do seu programa de educação para a cidadania denominado Cidadania Ativa. Sendo este movimento um dos principais articuladores do Comitê Cidade Democrática, todas as organizações do coletivo passaram a priorizar suas próprias agendas separadamente. Algumas delas se uniram ao Voto Consciente não pela agenda do Comitê Cidade Democrática mas por simpatizar com a causa pertinente ao período de eleições.

Assim, em agosto de 2010 tivemos a oportunidade de viajar a Jundiaí e participar de uma das reuniões abertas do programa Cidadania Ativa. Nesta reunião,

foi possível conversar novamente com Henrique e conhecer de maneira informal os participantes de outros movimentos do comitê que ali estavam como simpatizantes do Voto Consciente. Nominalmente, tivemos conversas breves com participantes da Bicicletada de Jundiaí, do Cineclube Consciência, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, do próprio movimento Voto Consciente de Jundiaí e também de membro do Comitê que não participavam de qualquer grupo específico.

Em novembro de 2010, após uma outra conversa informal, feita via Skype com Henrique Parra resultou no envio de cópias das primeiras mensagens trocadas entre a coordenadora do Voto Consciente São Paulo e Rodrigo Bandeira, a fim de estabelecer uma parceria entre o site e o movimento. A sequência da conversa por e-mail resulta na entrada de Henrique no diálogo, na condição de moderador da rede social do Voto Consciente, chamada Rede Cidadania⁶. Esta troca de mensagens continha informações precisas acerca da gênese do Comitê Cidade Democrática. O material obtido nos deu informações sobre o período que precedeu a formação do Comitê e que não tinham registros públicos online, como a maior parte das informações que obtivemos simplesmente acessando o Cidade Democrática.

No mês de dezembro do mesmo ano, a passagem pela banca de qualificação desta pesquisa foi de fundamental contribuição para este processo de investigação. A partir das críticas e sugestões oferecidas por Vera Chaia e Odair Sass, pudemos estabelecer quais seriam os informantes principais da pesquisa e que deveriam ser entrevistados. A primeira delas se deu já em janeiro de 2011 com o mesmo Henrique Parra que teve papel central na articulação do comitê. Aparentemente, não havia melhor informante para nos esclarecer quanto aos eventos transcorridos no período observado, assim como aos elementos que não estavam registrados na internet e que diziam respeito às finalidades, conceitos e utopias que o grupo teria.

As outras duas entrevistas se deram em fevereiro, sendo a primeira delas com Rodrigo Bandeira. Ainda que o próprio uso do site criado por Rodrigo fosse uma ótima fonte de informação quanto às suas funcionalidades, ficou claro que uma conversa com o gestor do site seria de ótimo proveito para esta pesquisa. Nesta entrevista foram abordadas questões sobre quais tipos de controle são exercidos nos conteúdos

6 <http://votoconsciente.ning.com/>

veiculados pela ferramenta e sobre o tipo de organização que respalda a existência legal da iniciativa. Além disso, foram obtidos dados de suma importância quanto ao modelo de sociedade que o projeto como um todo prevê. Assim, tornou-se possível avaliar as ações empreendidas pela coalizão de Jundiaí em relação às finalidades propostas pelo aplicativo.

A última entrevista foi concedida em Jundiaí, no gabinete do vereador Durval Orlato. Ao ser entrevistado, o vereador nos ofereceu uma visão alternativa sobre a utilização dos recursos digitais para finalidades políticas. Ao mesmo tempo, sendo um membro do Legislativo local, tivemos a partir de seus relatos uma visão bastante realística do contexto político jundiaiense. De fato, na escolha deste informante também levou-se em consideração o fato dele ser integrante da bancada de oposição na Câmara de Jundiaí e, desta forma, esperávamos obter uma posição mais crítica em relação aos parlamentares governistas e ao Comitê Cidade Democrática. Somando-se a isso, o vereador seria um informante privilegiado pois foi identificado como um membro ativo da ferramenta de webcidadania que foi investigada.

Com as entrevistas coletadas e transcritas estava completo o material que julgamos necessário para abranger em detalhes a totalidade do caso. O resultado da coleta dos registros online, permeado pelo conteúdo das entrevistas, permitiu uma análise completa do caso, tomando o cuidado de não extrapolar os limites de generalização que o caso permite. O resultado está expresso nos capítulos seguintes.

3 – CIDADE DEMOCRÁTICA

3.1 – DA COMPUTAÇÃO SOCIAL À WEBCIDADANIA

Aproveitando a facilidade de uso e de personalização que aplicativos da computação social possuem, diversas iniciativas não governamentais começaram a aparecer para suprir necessidades de cidadãos. Em síntese, estamos nos referindo à necessidade sempre presente dos cidadãos de serem ouvidos pelos políticos que os representam. As mensagens que os cidadãos desejam transmitir aos políticos são as mais diversas, desde reclamações e denúncias até informações realísticas de quem vive o cotidiano.

O fenômeno da computação social aplicada às necessidades dos cidadãos tem sido comumente chamado de *democracia eletrônica*. No entanto, este termo não é suficientemente claro para definir o fenômeno que estamos estudando. De fato, a democracia eletrônica pode incluir iniciativas governamentais como a consulta pública com formulários eletrônicos e também a mera utilização de urnas eletrônicas para contabilizar os votos na eleição. Contudo, a modalidade de participação cidadã a que estamos nos referindo caracteriza-se como *uma iniciativa que parte dos cidadãos* e, em alguns casos, pode envolver também algum grau de ativismo.

No Brasil, o termo *webcidadania* tem sido usado com frequência por diversas iniciativas não governamentais para denominar o uso de tecnologias digitais ao favor do exercício da cidadania. Devido ao reconhecimento que o termo vem alcançando no ciberespaço brasileiro, ele se torna conveniente para delimitar esta modalidade da prática cidadã e serve também para as finalidades desta pesquisa exploratória.

Entre as iniciativas de *webcidadania* que encontramos no endereço eletrônico webcidadania.org.br uma das mais antigas é a da campanha Adote um Vereador. A ideia foi lançada pelo Instituto Ágora para ser aplicada na rede pública escolar, logo depois foi apoiada pelo Movimento Nossa São Paulo e tornou-se famosa quando o jornalista da rádio CBN conheceu o projeto e passou a apoiá-lo. A ideia e os apoios

vieram logo depois das eleições municipais de 1998 e propunha que o trabalho dos vereadores “adotados” fosse acompanhado de perto, e os adotadores conhecessem e fiscalizassem seu trabalho. De fato, a proposta não tinha nenhuma relação com a internet até que um ouvinte-internauta teve a ideia de agrupar os relatos dos adotadores de vereadores em uma plataforma *wiki*⁷. Em seu blog⁸ o jornalista comentou que, no momento em que alcançou o ciberespaço, a campanha ganhou vida própria. Atualmente a campanha também é difundida por Twitter⁹ e Orkut¹⁰, além da própria Wikia.

Uma outra proposta também busca aproximar o cidadão dos políticos que atuam no Poder Legislativo. O Votenaweb¹¹ permite que o cidadão expresse sua opinião sobre os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados em Brasília. O site, tem uma interface bastante simplificada que deixa visível o objetivo do projeto, a identificação do parlamentar que o propõe e um gráfico que mostra se o projeto está sendo aprovado ou rejeitado pelos usuários do site em cada Estado. Além de ter acesso à informação completa de cada projeto, o usuário do site pode também dar seu próprio voto sobre a questão. Como outras formas de webcidadania, este site serve para qualificar o voto do eleitor ao longo do tempo, pode ser um instrumento de pressão política e além de tudo tem uma importância simbólica para encurtar a distância entre cidadãos de qualquer parte do Brasil até o longínquo Planalto Central.

O movimento hacker também abriu uma porta para diminuir as lacunas de comunicação existentes entre poder público e população. Promovido pelo grupo Transparência Hacker, o site é o fruto de uma interceptação contínua dos dados coletados no Serviço de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura de São Paulo. Apesar de poder ser consultado pela rede eletrônica, o SAC¹² da prefeitura informa apenas o número de solicitações para cada subprefeitura, mas não expõe os dados relativos aos tipos de reclamações que estão sendo feitas. Como as reclamações dos cidadãos são uma declaração pública, o grupo de hackers criou uma página em que o

7 Wiki é um modelo de aplicativo da computação, dos quais o mais famoso é a Wikipedia. A característica principal é a edição compartilhada das informações. O endereço da wiki desta campanha é: <http://vereadores.wikia.com/>

8 <http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2009/01/19/adote-um-vereador-ganha-rede-social-e-adesoes-no-wikia/>

9 <http://twitter.com/adoteumvereador>

10 <http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=84443185>

11 <http://www.votenaweb.com.br/>

12 <http://sac.prefeitura.sp.gov.br/>

cidadão interessado pode conferir quais as reclamações mais frequentes na cidade e quais são os departamentos da administração pública que recebem o maior número de reclamações. A leitura estatística feita automaticamente pela programação do site coloca a capacidade da Prefeitura sob constante avaliação e pressiona por mais transparência por parte da administração municipal.

Na mesma linha de ação que expande a comunicação entre cidadão e Prefeitura, o Urbanias¹³ é um empreendimento social que recebe reclamações sobre a cidade feitas diretamente ao site, e então formaliza a solicitação perante os órgãos responsáveis na Prefeitura. Apesar de o serviço de reclamações ser competência da administração do município, o site coleciona elogios de seus usuários já que sua equipe vem se tornando especialista em direcionar as reclamações para o órgão mais competente em cada caso. Aparentemente, o Urbanias tem cumprido um papel que antes era exclusivo dos jornais – que era a quem o cidadão reclamava depois muito esperar por respostas da administração pública.

Os quatro exemplos destacados anteriormente representam uma pequena parcela¹⁴ do que estamos chamando de webcidadania. Os diferentes exemplos mostram diferentes modos de ação cidadã, envolvem padrões distintos de interação entre usuários e seus resultados somente serão verificados ao longo do tempo e de acordo com as finalidades que lhe são pertinentes. O aplicativo de computação social que interessa especificamente a esta pesquisa também se aplica à modalidade da webcidadania. Como veremos a seguir, o Cidade Democrática tem diferenças e similaridades com outras iniciativas de cidadania via web mas de uma maneira ou de outra parece ser a mais complexa de todas. A complexidade não é garantia nenhuma de que o projeto alcance o seu propósito e, no entanto, o leque das possibilidades de resultados também é mais diversificado.

13 <http://www.urbanias.com.br/>

14 Uma lista de iniciativas da mesma natureza que a webcidadania está sendo construída colaborativamente neste site: <http://www.quora.com/What-startups-focus-on-politics-elections-voting-etc?srid=jE>

3.2 – O PROJETO CIDADE DEMOCRÁTICA

Assim como outras iniciativas de webcidadania, o Cidade Democrática tem em sua gênese a intenção de suprir lacunas na democracia praticada no Brasil e que se referem sobretudo ao distanciamento existente entre o poder público e o cidadão. Mais especificamente, a lacuna detectada pelo idealizador do site nos tempos em que exerceu funções na área pública foi a ausência de comunicação entre políticos e cidadãos que permitisse ao político saber o que de fato os cidadãos gostariam que fosse implementado. Com essa hipótese, o empreendedor social Rodrigo Bandeira – responsável pelo site – deu início à criação de uma plataforma virtual em que os usuários pudessem não apenas apontar problemas e deficiências da administração pública mas que, sobretudo, permitisse que colaborassem entre si para encontrar uma solução apropriada.

Um fator muito importante na concepção deste projeto está em tirar o foco da mera reclamação, do embate e da cobrança de responsabilidades de gestores públicos, para focalizar no estímulo à colaboração entre cidadãos sejam eles pessoas físicas, jurídicas ou governamentais. Assim, seria a partir da constituição de um ambiente de trocas e não somente de demandas que os objetivos do Cidade Democrática estariam realizados. No depoimento a seguir, Bandeira resume a visão de futuro em seu projeto:

O Cidade Democrática quer mudar o foco da participação política. O foco do fazer da política. Então se hoje a gente acha que quem faz a política são principalmente os chefes dos Executivos Municipal, Estadual e Federal, eu quero mudar o foco da participação e trazer isso pro cidadão. Mudar essa balança, e dizer assim, não, não, você não faz isso, primeiro você olha e vê o que eu quero, você então faz uma leitura da sociedade, percebe por onde que estão andando os nossos desejos, os nossos anseios e a partir disso você aí prioriza. Você prioriza a partir de uma agenda que existe, que é minha. Sua também, mas na medida em que você é um cidadão, você prefeito, governador etc. Então com essa mudança, a gente passa a ter políticos que são encarregados de cuidar da coisa pública, que são encarregados de administrar a questão pública. (Rodrigo Bandeira)

Na prática, essa visão gerou um site que se propõe a ser um espaço de debates onde são lançadas propostas que podem receber apoio e também contribuições ao longo de um processo de conversação. De acordo com a entrevista que fizemos com Bandeira, idealmente seria desejável que os políticos de fato

participassem do debate. No entanto, até que isso ocorra o ambiente de trocas entre cidadãos permite que estes criem uma agenda própria e se fortaleçam até os limites de seu poder de ação. Neste processo de fortalecimento de uma rede de colaboração espera-se que ocorra a qualificação da demanda e que se torne inevitável que os políticos se juntem ao debate. Entretanto, percebe-se que o projeto como um todo envolve uma mudança cultural, tanto da parte dos cidadãos quanto da parte dos políticos, e não é possível determinar o ponto em que isso ocorre. A seguir, os comentários de Rodrigo Bandeira nos informam como ele enxerga esta mudança:

E isso acho que tá acontecendo tanto na sociedade quanto no meio público. Então a gente tem já alguns parlamentares que perceberam totalmente [que como as coisas estão acontecendo não vai dar pra continuar], dialogam lá, pelo Cidade Democrática. As pessoas entram, falam 'não mas espera aí, isso aqui que você falou', o cara diz 'não, mas isso eu queria dizer sei lá o que', 'veja só', 'dá uma olhada nisso', 'veja esse ponto de vista' e etc. Então, estão tendo diálogos abertos, como deve ser, mas são muito poucos ainda, então também a gente tá olhando para aquele conceito do 'tipping point'¹⁵ que é que estamos esperando aquele momento em que mais uma pessoa vai fazer toda a diferença, sabe? (Rodrigo Bandeira)

Para estimular o surgimento dos agentes de transformação e alcançar o ponto crítico para a mudança social, Rodrigo oferece oficinas de webcidadania em escolas, prefeituras e outros grupos que o contratam por conta de seu expertise em participação cidadã via internet. Junto com ele, Henrique Parra Parra Filho é um dos protagonistas do caso que iremos relatar no próximo capítulo e que se tornou parte da equipe do Cidade Democrática. Nestas oficinas, os dois apresentam diversas ferramentas de participação hoje disponíveis e estimulam, de forma prática, que as ferramentas sejam de fato utilizadas. Essas oficinas juntamente com algumas consultorias, são também uma maneira encontrada por eles para dar sustentabilidade financeira ao projeto do Cidade Democrática.

Como dissemos, o projeto do site é baseado no conceito de empreendimento social, isto é, deve gerar benefícios sociais ao mesmo tempo em que remunera seus colaboradores. Porém, mesmo com uma equipe de quatro pessoas, incluídos Rodrigo e Henrique, o site sozinho não é capaz de cobrir suas despesas. Legalmente estabelecido enquanto uma OSCIP, o Instituto Seva foi criado para acolher o projeto e sua contrapartida financeira seria obtida com a venda de relatórios construídos com

15 Referência ao conceito formulado por Malcom Gladwell no livro *O ponto de desequilíbrio: como pequenas coisas podem fazer grandes diferenças* (Ed. Rocco).

dados coletados a partir do uso do site. Entretanto, o volume de informações que foram coletadas até o momento não é capaz de gerar relatórios relevantes.

O pequeno volume de informações se refere ao conteúdo que os atuais cerca de 5 mil usuários do site em todo o Brasil poderiam gerar. Como veremos mais à frente neste capítulo, a estrutura do site permite colher muitas informações¹⁶ do interesse de cidadãos, de políticos, de gestores públicos e ativistas em geral; porém, esse conteúdo só se tornará relevante na medida em que a própria mudança para qual o projeto contribui ocorrer. Mesmo estando longe do ideal que o projeto prevê, é preciso reconhecer que qualquer mudança só poderá acontecer na medida em que forem criados os espaços para isso. Sabendo disso, Rodrigo se mantém firme em seu propósito de gerar benefícios e mudanças sociais:

E a gente acha que isso é uma coisa que a gente vai conseguir na medida em que a gente persistir. O que a gente está fazendo é persistindo, a gente continua fazendo as oficinas, falando com gente, investindo, trabalhando, conscientizando etc. (Rodrigo Bandeira)

A despeito das concepções que o responsável pelo Cidade Democrática tem sobre seu projeto a longo prazo, o site está disponível para acesso online de qualquer canto do planeta, especialmente do Brasil. Mesmo considerando que os princípios que norteiam a ideia inicial estejam refletidos na lógica que o software apresenta, será a partir do contato com a interface do aplicativo que a colaboração entre cidadãos poderá ocorrer. Desta forma, torna-se imprescindível para esta pesquisa observar a estrutura e a aparência do site em questão.

3.3 - ESTRUTURA DO SITE

O acesso à página inicial do site Cidade Democrática apresenta quatro quadros destacados logo abaixo do cabeçalho da página: *Cidades mais ativas*, *Temas mais relevantes*, *Pessoas e entidades* e *Propostas e problemas* (Figura 1).

16 - A coleta de dados nas redes sociais tem sido bastante questionada no ciberespaço. A questão que se coloca é se os dados obtidos a partir das interações entre usuários pertencem aos usuários, ou se podem ser livremente utilizados por quem mantém o ambiente onde se dão tais interações.

Estes quadros são os elementos fundamentais do aplicativo e o conjunto de suas interações gera a totalidade dos conteúdos do site.



Figura 1:
Reprodução da página inicial do site Cidade Democrática feita em 22/03/2011. (<http://www.cidadedemocratica.org.br/>).

No canto superior da coluna esquerda, o quadro das *Cidades mais ativas* é uma *nuvem de palavras* contendo uma lista não ordenada de algumas cidades com atividades no site. Uma *nuvem de palavras* é um dispositivo tecnológico que apresenta palavras com tamanhos diferentes. As palavras maiores indicam que o item registra mais atividade do que outros. Neste caso, duas cidades têm maior destaque, em primeiro lugar Jundiaí e, em segundo, São Paulo¹⁷.

Ao clicar em qualquer palavra da nuvem de cidades, o usuário será levado ao *contexto* desta cidade em uma nova página, apresentada com uma outra organização. Nessa nova página, existem três colunas e a principal delas contém a lista de *Propostas e problemas* relativos a essa cidade, ordenadas por sua relevância. Isto é, os problemas ou propostas que receberam maior número de apoios se

¹⁷ Todas as descrições de dispositivos que se alteram de acordo com o uso tomam por referência a data de acesso em 21/03/2011.

encontram mais acima na lista. As colunas auxiliares permitem acessar outros elementos do mesmo contexto como por exemplo as pessoas que participam deste contexto, temas relacionados na mesma cidade, seleção por bairro ou, então, escolha de outros critérios de ordenação dos problemas e propostas.

Figura 2:

The screenshot shows the website interface for Jundiaí, SP. At the top, there are navigation tabs: 'Propostas e problemas', 'Pessoas e entidades', 'Meu observatório', and 'Tour'. A search bar is located on the right. The main content area is titled 'Em todo o Brasil » SP » Jundiaí'. It features a summary box with statistics: 223 propostas, 158 problemas, 2484 comentários, and 4274 apoios. Below this, there's a section for '1098 pessoas e entidades envolvidas neste contexto' with a grid of profile pictures. A central column lists three topics: 'Falta de ciclovias' (194 apoios, 153 comentários), 'Responda, Deputado!' (71 apoios, 191 comentários), and 'Divulgar o "Cidade Democrática"' (200 apoios, 75 comentários). On the right, there are filters for 'Ordenar' (Relevância, Recentes, etc.), 'Filtrar' (Bairro: Anhangabau, etc.), and 'Proponente' (Cidadão, Gestor Público, etc.). A 'Tema' filter at the bottom right shows 'Problema (158)' and 'Proposta (223)'. A sidebar on the left contains a cloud of related terms like #webcidadania, acessibilidade, animais, árvores, etc.

Contexto da cidade de Jundiaí em 22/03/2011. (<http://www.cidadedemocratica.org.br/topicos/estado/sp/cidade/jundiai>)

Retornando à página inicial, no canto superior da coluna direita, outra nuvem de palavras indica quais têm sido os temas que suscitam maior atividade no site. Na última data em que foi feito este registro, quatro temas eram mais destacados, em ordem decrescente: cidadania, meio ambiente, educação e participação. Da mesma forma que a *nuvem de cidades*, a *nuvem de temas* também leva a uma página de contexto, e a coluna central reúne os problemas e propostas referentes ao tema que foi escolhido. É importante acrescentar que cada problema ou proposta pode estar associado a diversos temas através de palavras-chave. Sendo assim, a coluna central lista todas as inserções que contém a palavra-chave selecionada na nuvem de temas. O uso das palavras-chave é um recurso largamente utilizado na computação social e confere a qualquer aplicativo que o utilize a capacidade de categorizar conteúdos de maneira automática.

Figura 3:

The screenshot shows a web page titled 'Problema' with the main heading 'Falta de ciclovias' (Lack of bike lanes) in Jundiaí, SP. The page is part of a platform with navigation tabs: 'Propostas e problemas', 'Pessoas e entidades', 'Meu observatório', and 'Tour'. A search bar is visible in the top right.

The main content area features a user profile for 'Luiz Ballas' (Cidadão) with a bio: 'É necessária a construção de ciclovias em nossa cidade para incentivar o uso da bicicleta não só como meio de lazer quanto de transporte, afim de melhorar a qualidade de vida de nossos cidadãos e de não poluir o ar que todos nós respiramos. Também é um meio de diminuir o trânsito em nossas ruas!'. Below the bio are sections for 'Fotos' and 'Links relacionados' (Results of the second meeting, Know the bike plan and help build it, Jundiaí Bike Ride).

On the right side, there are social interaction buttons: 'Apoie!' (153 comentários), 'Siga!' (194 apolam), and 'Curtir' (45 seguem). It also shows '1 ano criado' and '22 horas última atividade'. Below this is a section for '40 tópicos relacionados' with links like 'Criar o PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADE - Readequação das Calçadas de Jundiaí e o...', 'Falta de segurança nas obras da Avenida 9 de Julho', and 'Colocação de bicicletários na cidade'.

At the bottom, there are buttons for 'Comente' and 'Faça uma campanha', and a 'Comentários [+]' section showing a comment from 'Voto Consciente Jundiaí' (ONG) dated 04/08/2009.

Reprodução de um tópico aberto em Jundiaí.
<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/151-falta-de-ciclovias>

Voltando à descrição da primeira página, no canto inferior da coluna esquerda o quadro *Pessoas e entidades* contém oito fotos ou figuras de usuários do site. A maioria dos usuários do site são identificados como cidadãos e participam enquanto “pessoas físicas”. Contudo, o site permite realizar um cadastro específico caso o usuário seja uma universidade, uma igreja, uma conferência, um movimento, um poder público, uma empresa, uma organização não governamental (ONG), um parlamentar, ou um gestor público. Neste caso, o cadastro deverá ser validado pelos administradores do site a partir de um contato pessoal, telefônico, ou com a apresentação de um documento.

Na página de *perfil do usuário* encontra-se a descrição mais detalhada de quem, ou o que é este usuário, e também um resumo de suas atividades dentro do site. O resumo completo inclui todas as suas propostas e problemas inseridos, os comentários que fez, os apoios que recebeu e os assuntos que está seguindo. Mais uma vez, ressaltamos que a visibilidade destas informações são indicativos das interações no site e também denotam a capacidade do sistema coletar e categorizar informações sobre os usuários.

DEMOCRÁTICA
Crie e apoie propostas para um mundo melhor

+ CRIE UMA PROPOSTA

Propostas e problemas Pessoas e entidades Meu observatório Tour

Google Pesquisa Personalizada Pesquisar

CIDADÃO Rodrigo Bandeira

Atividades recentes
Resumo Propostas Problemas Comentários Apoios Seguindo

Listando 203 atividades recentes

Comentou, sobre a proposta "Cidade verde" de Tiago Dias dos Santos:

Tiago, uma iniciativa desse tipo está surgindo no Pará. Fique de olho nos jornais e veja a novidade a partir do dia 23/mar.

Há 8 dias.

Apoiou a proposta "Cidade verde" de Tiago Dias dos Santos
Há 8 dias.

Respondeu, sobre a proposta "Utilização de energia solar para iluminar praças públicas" de Rodrigo Bandeira:

Que legal, Mariana, perceber sua empolgação do o projeto. Também me empolgo muito com essa possibilidade. Concorro também o que disse a Emilia: precisamos encontrar as soluções que atendam ao nosso interesse. Na verdade, prefiro até pensar em lançar um concurso para que alternativas fossem desenvolvidas especialmente por

12 propostas e problemas
54 comentários
85 apoios

Tags principais

acesso assalto
barulho CARROS cet
consciência
criminalidade eficiência
empresa
estacionamento
faixa exclusiva
fiscalização futebol
governança
iluminação
intersetorialidade
legitimidade limpeza
lixo meio

Homem, 40 anos em Vila Pompéia, São Paulo, SP Faz parte de Instituto Seva

Descrição
Diretor da Enzima, organização que promove a aproximação de pessoas e organizações para o desenvolvimento de uma nova geração de políticas públicas com foco no atendimento integral das necessidades dos cidadãos, escreve artigos e oferece cursos e palestras sobre o Futuro Digital da Democracia. Enzima.com

Membro há mais de 2 anos

Figura 4:
Reprodução de uma página de perfil
(<http://www.cidadedemocratica.org.br/perfil/6>).

Passando ao último quadro destacado na página principal chegamos ao núcleo da interação social no site Cidade Democrática. O quadro de *Propostas e problemas* é, na verdade, uma coluna em que estão listadas as propostas e os problemas recentemente adicionados. A partir daqui, também iremos nos referir a estes últimos elementos simplesmente por tópicos. De fato, apesar de toda a complexidade do site e de todos os recursos de categorização que a interface permite, é possível definir que o principal recurso de interação fornecido pelo site é tão simples quanto um fórum virtual.

Assim como outras plataformas de computação social, o Cidade Democrática é um fórum de debates com características específicas que lhe permitem cumprir as finalidades a que se propõe. A especificidade do fórum deste site reside na divisão básica entre dois tipos de tópicos: os problemas e as propostas. Em todo o site os problemas estão destacados em vermelho e as propostas em verde. Ao lado do tópico, um pequeno quadro identifica o usuário que abriu a discussão; logo abaixo do

título estão indicadas informações de local e também a lista de palavras-chave referentes ao tópico.

Ao escolher um tópico e clicar em seu título, o usuário é levado à página em que o conteúdo completo da proposta ou do problema é exposto. À descrição completa do que está sendo proposto podem ser anexadas fotos e também links relacionados ao assunto. Em seguida, está registrada toda a interação que o tópico suscitou, começando pela resposta mais antiga e sempre abaixo até a mais recente.

Contribuições ao tópico podem ser feitas em forma de *comentários*, *perguntas*, *respostas* ou *ideias* – e o usuário é quem definirá que tipo de contribuição irá oferecer. As colunas auxiliares nesta parte do site listam todos os apoiadores do tópico e também indicam os *tópicos relacionados* – automaticamente inseridos pelo sistema a partir das *palavras-chave*. Também é visível um quadro estatístico contendo tempo decorrido desde sua criação, o tempo desde a última atividade, o número de comentários, de apoiadores e de seguidores.

O esforço para descrever os principais elementos que dinamizam o Cidade Democrática não seria completo sem incluir o sistema de *apoios* e *seguidores*. Este recurso é muito comum nos aplicativos de computação social e não é diferente neste site. O número de apoios a uma proposta pode levá-la a tornar-se mais visível aos outros usuários. Juntamente com o número de comentários, a quantidade de apoios fornece indicações da repercussão de cada tópico e reflete também a qualidade do debate.

No caso dos tópicos, o número de apoios e comentários determina a *relevância* de cada tópico. Ao mesmo tempo, são contabilizados os apoios recebidos pelos usuários nos tópicos que criou e, neste caso, o número de apoios recebidos pode aumentar sua *reputação* dentro do site. A reputação é uma espécie de credibilidade que o usuário vai conquistando junto a seus pares. Na computação social este recurso é utilizado como um incentivo para que o usuário deseje melhorar seu status e assim fazer contribuições cada vez mais próximas daquilo que é esperado pelos outros usuários ou pelo que pressupõem os objetivos do aplicativo.

Toda a apresentação do site foi desenhada para deixar que os tópicos que estão em andamento estejam visíveis por quem visita o aplicativo. Desta maneira, os tópicos recentemente adicionados – e que contabilizam poucos apoios ou comentários – podem ser facilmente acessados a partir da primeira página. Ao mesmo tempo, no *contexto* de cada cidade, os tópicos mais visíveis são primordialmente ordenados pela relevância que conquistaram.

Neste sistema de *relevância* uma grande quantidade de respostas e um baixo número de apoios ao tópico pode indicar um tema polêmico, assim como um grande número de apoios e um baixo número de respostas podem apontar um elevado grau de concordância entre os interessados pelo tema. Da mesma maneira a disparidade entre apoios e comentários pode ser um indício de debate de baixa qualidade. Cada tópico pode ser analisado separadamente e os recursos de ranking a que estamos nos referindo auxiliam nestas observações. Os seguidores representam os usuários que irão receber notificações por e-mail a cada nova contribuição ao tópico. Quanto mais seguidores, maior a tendência de continuidade do debate.

Assim como na maioria dos aplicativos de computação social, existe uma expectativa de que a programação do software do site seja suficientemente preparada para se proteger automaticamente da presença de conteúdos indesejados. O sistema de reputação é uma das maneiras automatizadas de deixar mensagens que não interessam a ninguém serem praticamente isoladas da visão dos usuários.

Além das mensagens impertinentes existe um combate direto aos conteúdos explicitamente proibidos, tais como pornografia, lixo eletrônico, preconceitos e agressões. Apesar de o cadastro eletrônico ser obrigatório, não existe outra maneira de evitar a atividade de perfis falsos ou anônimos se não estiver implementada uma política de uso no site. O depoimento de Rodrigo Bandeira explicita a maneira como se dá este controle:

Tem gente acompanhando isso o tempo inteiro mas nos termos de uso diz o que pode e o que não pode e qualquer coisa fora do lugar a gente tira do ar. Na verdade a gente não tirou muita coisa do ar até agora, na verdade acho que uma coisa ou duas no máximo. E também tem a opção de você denunciar um 'post'. Se tem alguma proposta que está fora dos termos de uso, você como usuário vai lá no 'denunciar' e a gente recebe esse aviso e entra lá pra ver se realmente tá fora do que é estabelecido. (Rodrigo

Bandeira)

Tendo descrito e ilustrado todos os principais elementos que compõem o site Cidade Democrática, resta investigar como se dá a dinâmica da interação dentro dele. Sendo assim, o relato do caso que é alvo desta pesquisa será bastante proveitoso para completar a investigação do que concerne ao site aqui descrito.

4 – O CASO DO COMITÊ CIDADE DEMOCRÁTICA DE JUNDIAÍ

A notícia da existência de um comitê especialmente criado para divulgar a ferramenta que o site Cidade Democrática representa chegou até o nosso núcleo de pesquisa trazida pelo próprio gestor do site, Rodrigo Bandeira. Tendo sido convidado para compartilhar seu trabalho conosco, ficamos surpreendidos ao saber dele que um grupo de jovens de Jundiaí vinha fazendo uso sistemático do site para promover mudanças na política local. Além do ineditismo de utilizar uma ferramenta bastante inovadora, e para nós desconhecida, tornou-se muito relevante o fato de que, desde o início das atividades do grupo, a Câmara dos Vereadores de Jundiaí havia abolido o voto secreto em suas sessões e também passara a ter audiências públicas num horário mais conveniente para a participação popular.

Ao acessar o endereço do site Cidade Democrática, a lista de cidades mais ativas deixa evidente que Jundiaí é certamente aquela que tem mais movimentação de usuários e inserções de conteúdo. Em meio a tantas cidades catalogadas e ativas dentro do site, é inevitável se deparar com alguma proposta ou problema criados diretamente pelo Comitê Cidade Democrática de Jundiaí.

A formação do Comitê Cidade Democrática foi precedida pelo contato entre Rodrigo Bandeira e uma diretora do movimento Voto Consciente, Rosângela T. Giembinsky que, por sua vez copiou a troca de mensagens para o moderador da Rede Cidadania - a comunidade virtual desta ONG. Este moderador era precisamente Henrique Parra Parra Filho que, tendo recebido a mensagem em 27 de maio de 2009, mobilizou sua rede de contatos em Jundiaí e, a partir de sua participação no movimento Voto Consciente local, liderou a formação de uma coalizão de movimentos e associações jundiaienses que se denominou Comitê Cidade Democrática. A reunião em que o coletivo de associações se tornou um comitê ocorreu em 14 de agosto de 2009 e no dia seguinte, já se podia ler no Jornal de Jundiaí¹⁸ a notícia da formação do coletivo. A divulgação constante na imprensa local é uma das características do comitê em questão.

18 <http://www.portaljj.com.br>

4.1 – A COMPOSIÇÃO DO COLETIVO

Em 02 de Setembro de 2009 o comitê tinha passado de seis para nove grupos diferentes, entre movimentos e associações civis. Os objetivos de cada grupo são bastante diversos entre si e esta peculiaridade será levada em consideração quando mais à frente abordarmos as ações deste coletivo. A heterodoxia dos temas subjacentes aos diferentes grupos dentro do coletivo dão alguma representatividade do coletivo perante a diversidade de interesses que vigora na própria sociedade.

Dentro do site do movimento Voto Consciente, lemos a seguinte mensagem, indicando a função inicial que o Comitê teria a cumprir: “As entidades assumem o compromisso de **divulgar permanentemente esse espaço**, seja por meio de seus blogues/sites, por e-mail ou promovendo eventos”¹⁹ (grifo deles). Como veremos, da função primordial originaram-se diversos objetivos, ações e também conquistas.

Dois dos grupos participantes do coletivo se autodenominam como movimentos socioambientais. A Bicicletada de Jundiaí²⁰ promove a ocupação do espaço público por meio da utilização de veículos alternativos aos automóveis em encontros ao ar livre – e, assim como outras *bicicletadas* existentes no mundo, questiona o modelo urbanístico voltado somente para carros. O Fórum Permanente Caxambu²¹ aponta para a restauração das matas ciliares e para o desenvolvimento solidário e sustentável das comunidades rurais e urbanas como suas frentes – atuando com educação ambiental principalmente na microbacia do rio Jundiaí Mirim. Também com viés ambientalista, a associação Coati²² trabalha com programas e projetos voltados à cultura e educação ambiental, buscando influenciar políticas públicas por meio de denúncias e participação em fóruns e conselhos municipais.

Dos grupos que possuem inspiração cultural e fazem parte do Comitê Cidade Democrática, encontramos o grupo ZAMA²³ defendendo os interesses da comunidade afrobrasileira em Jundiaí através de atividades culturais e também pela representação

19 <http://votoconscientejundiai.com.br/cidade-democratica-2/seja-do-comite-cidade-democratica-jundiai-ccd-jundiai/> (acesso em 13/03/2011)

20 <http://bicicletadajundiai.blogspot.com/>

21 <http://forumcaxambu.blogspot.com/>

22 http://www.coati.org.br/p_inicial/QuemSomos.htm

23 Zumbi Associação do Movimento Afro Brasileiro: http://www.hploco.com/letra_g/grupozamajundiai/

de sua comunidade junto à esfera pública. Já o Cineclube Consciência²⁴, não apresenta qualquer ênfase de trabalho sobre as políticas públicas, mas tal como um clube cultural promove atividades abertas ao público geral para encontros e difusão da arte e cultura em sessões de cinema, saraus e reuniões abertas.

Outros grupos que participaram no começo do coletivo foram a agremiação de jovens cristãos chamada Irmandade Jovem, o grupo de voluntários SOS Animais Abandonados²⁵ e o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo²⁶ – este último representado pela regional de Jundiaí. Todos os grupos possuem algum tipo de interesse específico, seja o cuidado com a juventude, com os animais abandonados ou com os direitos dos trabalhadores. De todo modo, os integrantes do coletivo viram na causa da cidadania em sua região um bom motivo para se reunirem. Neste sentido, o Movimento Voto Consciente teve um papel marcante na articulação deste coletivo, já que a bandeira de cidadania é caracteristicamente transversal a outras demandas sociais.

O movimento Voto Consciente foi fundado em 1987 e conta com voluntários para acompanhar o desempenho de vereadores e deputados eleitos. Além disso, oferece um programa de educação para a cidadania, com cursos e palestras em diversas cidades brasileiras em que atua. Um dos programas educativos que o movimento promove em Jundiaí é o Cidadania Ativa, coordenado por Henrique Parra Parra Filho. Como já foi dito esse mesmo coordenador fez a ponte entre a simples existência do site Cidade Democrática e a formulação do coletivo que passou a utilizar o site para finalidades pertinentes à realidade local em Jundiaí.

Segundo nossa análise, algumas das características do Voto Consciente foram fundamentais para criar um ambiente favorável à colaboração entre os diversos movimentos. Por um lado, o Voto Consciente se define como um movimento apartidário. Por outro lado, defende uma mudança social a partir da apropriação dos dispositivos políticos cabíveis ao cidadão. Em outras palavras, na medida em que os cidadãos participarem mais, o debate político se tornará mais qualificado e o cidadão poderá adquirir capacidade crítica. Contudo, é necessário ressaltar que até onde

24 <http://cineclubeconsciencia.blogspot.com/>

25 <http://www.sosanimaisabandonados.com.br/>

26 <http://www.seesp.org.br/site/>

podemos investigar, o movimento não cuida ou não pretende cuidar de qual viés crítico o cidadão adquirirá. Isto é, o cidadão terá maior apropriação de suas ferramentas, mas poderá exercitar seu conservadorismo, seu liberalismo ou qualquer outra tendência política.

Ainda que a análise das características ideológicas dos grupos componentes do comitê em questão não seja competência deste estudo, é possível levantar a hipótese de que o apartidarismo do Voto Consciente possa ter sido útil para reunir denominações tão diversas quanto as que se encontram neste coletivo – especialmente no caso de Jundiaí. Esta hipótese é corroborada pelo seguinte depoimento do vereador da oposição Durval Orlado (PT):

Há quase vinte anos que o PSDB é governo local e o atual prefeito está em seu terceiro mandato não consecutivo. E criou-se, vamos dizer assim, um hábito de que não se deve falar mal do poder constituído. E o falar mal aí é um negócio meio conservador porque culturalmente você é estimulado a não ficar falando mal dos outros, não ficar falando mal disso ou daquilo. Então eu digo assim, culturalmente parece que as pessoas – e isso é estimulado pelo poder local – não se pode falar mal. Todo mundo que critica algo da prefeitura já é contra a prefeitura, contra o bem estar da cidade, quer dizer, criou-se uma situação até mesmo nos meios de comunicação onde a crítica é não gostar da cidade. Parece que criaram uma barreira que impede as pessoas de sugerirem coisas melhores. (Durval Orlato)

Se a não alternância de governantes denota um aspecto político cultural de rejeição à crítica e à mudança em Jundiaí, um movimento dito apartidário tem a vantagem de ser menos combatido por posições mais conservadoras. Por outro lado, este mesmo conservadorismo é também um obstáculo às iniciativas do Voto Consciente em Jundiaí, bem como para as demandas de mudança formuladas pelo Comitê Cidade Democrática. Os relatos a seguir nos aproximam deste e de outros fenômenos que apuramos nesta pesquisa exploratória.

4.2 – AS PRIMEIRAS AÇÕES

Ainda que o grupo tenha sido fundado a partir de encontros presenciais, sabemos que, além de sua finalidade de ampliar a participação cidadã, o coletivo assumia como prioridade a popularização de uma ferramenta digital. Por esta razão,

consideramos que a despeito de qualquer iniciativa feita no plano físico, é pela comunicação em meio digital que o grupo mostra ao que veio.

A primeira ação do Coletivo Cidade Democrática (CCD) está registrada no site sob o título “Divulgar o Cidade Democrática”. Trata-se de um tópico criado para compartilhar as ideias e consolidar as estratégias que seriam utilizadas para divulgação da recém descoberta ferramenta de participação cidadã. A esta altura, os representantes de cada entidade já estavam incumbidos de chamar o maior número de pessoas para participar do site, começando por suas redes de amigos, familiares e colegas em geral. A seguir, temos a reprodução da convocatória:

Precisamos divulgar esse site para que ele se consolide como uma ferramenta efetiva de debate e mobilização em nossa cidade!

Assim, poderemos complementar o processo orçamentário e resolver vários problemas juntos, com as entidades e organizações jundiaenses!

As entidades - Bicicletada, COATI, Fórum Caxambu, Grupo Zama, Movimento Voto Consciente, Cineclube Consciência, SOS Animais, Irmandade Jovem e Sindicato dos Engenheiros - já fazem parte dessa corrente!

(<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/180-divulgar-o-cidade-democratica>)

Logo abaixo da descrição do tópico, os participantes passaram a sugerir ações para implementar o objetivo inicial do comitê. A primeira delas foi a sugestão para cada movimento integrante embutir uma bandeira do Cidade Democrática no site de sua organização, para que os visitantes dos sites dessas entidades pudessem facilmente acessar os tópicos que estavam sendo debatidos na nova ferramenta que surgia. Diversas outras formas foram sugeridas e relatadas: desde utilizar o site de relacionamentos Orkut, criar parcerias com os blogs do movimento Adote Um Vereador, até repassar a informação nas listas de e-mails.

Paralelamente à divulgação via internet, o comitê também utilizou braços e pernas, mobilizou seus membros e foi à rua fazer o corpo a corpo entre os cidadãos, distribuindo panfletos e instalando faixas em eventos abertos ao público. O mesmo empenho se deu também junto às autoridades locais e o CCD protocolou junto à Câmara de Vereadores local um pedido cujo trecho reproduzimos abaixo:

Pedimos a suspensão da sessão ordinária do dia 01 de Setembro por no máximo 20 minutos para apresentar, em plenário, aos vereadores e público presente os objetivos e propostas do site em questão. Solicitamos também a disponibilização dos recursos áudio visuais da Câmara para apresentação de um curto vídeo explicativo do projeto, que será levado em cartão de memória. (excerto de cópia digitalizada obtida em <http://votoconscientejundiai.com.br/cidade-democratica-2/comite-cidade-democratica-pede-apresentacao-aos-vereadores/>)

A sessão na Câmara de fato ocorreu e a repercussão foi boa entre os vereadores, entretanto não se pode considerar que a receptividade no Poder Legislativo signifique algum tipo de adesão aos objetivos do projeto do comitê. O depoimento do coordenador do Voto Consciente ajuda a esclarecer este ponto:

A gente não tem muito um inimigo até por que toda a nossa articulação foi em torno de participação cidadã. Isso que é bom, a participação cidadã não tem inimigos... aquele representante que não gosta de nada, que nunca quer ouvir ninguém, ele sempre vai falar que ele adora a participação cidadã. (Henrique Parra Parra Filho)

Retornando para a sequência de respostas do tópico “Divulgar o Cidade Democrática”, encontramos a agenda que anunciava os próximos cinco encontros em que o comitê marcaria presença. Em primeiro lugar, anunciava-se uma reunião aberta a quem se interessasse e onde se definiriam os próximos passos do coletivo. O último item da lista anunciava para o mês seguinte o evento de *Lançamento do Cidade Democrática* e indicava que os criadores do site estariam presentes para fazer a apresentação. Diferente da primeira apresentação feita aos vereadores, este segundo evento de lançamento era também uma estratégia para atrair tanto a imprensa como mais cidadãos.

O evento de lançamento estava marcado para o mês seguinte, em 08 de Outubro daquele mesmo ano. Entre a primeira postagem de conteúdo feita em Agosto e a data de lançamento em Outubro, vários tópicos relativos a Jundiaí foram sendo acrescentados ao site Cidade Democrática. A Irmandade Jovem apontou a *visualização nos pontos de ônibus* como um problema da cidade pois eram feitas em folhas sulfite coladas no ponto de ônibus. Em outro tópico o Voto Consciente relatou que diversos pontos de ônibus não tinham nem cobertura contra a chuva, nem tampouco bancos para espera. Esta mesma entidade inseriu uma proposta da *mudança no horário das audiências públicas para o período noturno*, buscando facilitar a participação popular nas audiências que, até então, eram em horário

comercial. Luiz Ballas foi um participante da Bicicletada que apontou o problema da *falta de ciclovias na cidade*. O vereador Durval Orlato (PT) fez a proposta de *aprovar legislação sobre plebiscito, referendo e outras formas de facilitar a participação popular*.

Durante o período entre o primeiro comparecimento do CCD na Câmara e a audiência de Lançamento do Cidade Democrática, as propostas que foram sendo adicionadas ao site serviram para elaborar uma proposta apoiada em bloco pelo coletivo. A chamada Agenda Cidadã foi um conjunto de doze propostas apresentadas à Câmara na ocasião deste lançamento difundido pelo grupo.

Em nossa análise, o procedimento de elaboração dessa agenda é um dos pontos na caracterização desse coletivo que o torna digno de atenção. Comumente, grupos tão heterogêneos se desgastam e levam muito tempo para definir suas próprias prioridades – exceto quando são explicitamente dirigidos por algum integrante que tenha reconhecida credibilidade ou, senão, um status de autoridade em relação aos outros componentes. Neste caso, o grupo contou com três vantagens para rapidamente elaborar uma agenda comum: (1) a estrutura organizacional do site automatizou a organização do debate entre problemas e propostas – evitando prolongamentos desnecessários e evidenciando as inserções fora do escopo de cada pauta; (2) o sistema de pontuação inspirado na computação social criou um ranking de propostas com mais apoios de forma automática; e, (3) além do objetivo que cada proposta trazia, a razão de existência do grupo era de fato a divulgação da ferramenta, trazendo objetividade ao processo de escolha das propostas. O processo de elaboração desta agenda foi assim explicitado por Parra Parra Filho:

(...) então quem tinha uma proposta essencial colocava no site. O site pra gente foi um termômetro importante. Quando a gente decidiu botar no papel as propostas da agenda, a gente também se guiou muito pelo site. Então o que a gente via que estava recebendo mais apoio a gente achava que estrategicamente era o momento de divulgar. Então foi um pouco por isso, mas respeitando um pouco a essência de cada movimento. Em nenhum momento a gente falou "mas ciclovias não é tão importante assim... vamos ter que falar de outra coisa". Então a gente respeitou muito a essência de cada um, tentou construir uma carta que coubesse, não colocou também todos os nossos sonhos pra não ser uma coisa impossível... minimamente a gente analisou a viabilidade das coisas, mas bem minimamente. (Henrique Parra Parra Filho)

Por fim, a elaboração da agenda resultou em doze pontos que listamos a seguir: (1) Aprovar legislação sobre Plebiscito, Referendo e outras formas de facilitar a participação popular (PL 10.189), (2) Mudança do horário das Audiências Públicas, (3) Criação do Balanço Mensal da atuação da Câmara Municipal, (4) Divulgação dos funcionários e assessores da Câmara e da Administração Pública, (5) Implementação de um Plano Cicloviário para a cidade, (6) Instituir programas de chipagem de animais domésticos e de castração de animais de rua, (7) Adequar pontos de ônibus sem banco e cobertura, (8) Feira de produtos agroecológicos, (9) Que a Prefeitura faça a entrega dos remédios utilizados por doentes crônicos na casa dos pacientes, (10) Melhorar o modo de visualização dos horários de ônibus nos terminais, (11) Divulgação e debate do projeto da Prefeitura para o córrego do Mato (9 de Julho), (12) Divulgar o Cidade Democrática.

Figura 1: (<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/180-divulgar-o->

CIDADE DEMOCRÁTICA
Crie e apoie propostas para uma cidade melhor
www.cidadedemocratica.org.br

Dez entidades jundiaíenses lançaram um novo site na cidade.

Já são mais de 150 jundiaíenses participando com um mesmo objetivo:

Construir uma cidade melhor.

Foi lançada a "Agenda Cidadã" com 12 propostas para o poder público.

Agora, Prefeitura, Câmara e o deputado da cidade irão debater com a população e apresentar propostas para cada uma delas, publicando metas.

- > Implementação de um Plano Cicloviário para a cidade
- > Divulgação dos funcionários e assessores da Câmara e da Administração Pública
- > Divulgação e debate do projeto da prefeitura para o córrego do Mato (9 de Julho)
- > Melhorar o modo de visualização dos horários de ônibus nos terminais

A ENTRADA É FRANCA E O DEBATE É LIVRE.

Sexta-feira, dia 11/12, às 19h00
na Câmara Municipal de Jundiaí
Rua Barão de Jundiaí, 128 - Centro

Logos: COATI, CONSCIENTE, SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO, G.O.S. Grupo Organizacional de Serviços, CONSCIENTE, RESPEITE UM CARRÃO A MAIS, ZAMA.

cidade-democratica#)

Das doze propostas, quatro foram protocoladas na Câmara e apresentadas por iniciativa do Grupo Zama a uma instância que nunca havia sido utilizada no legislativo

de Jundiaí: a Comissão Permanente de Participação Legislativa da Casa de Leis²⁷. Estas quatro propostas foram separadas das outras por serem de competência do Poder Legislativo local. As outras oito propostas, em conjunto com estas quatro, serviram ao mesmo tempo para abrir o diálogo com o poder público de uma forma geral e também para expor os temas à população.

Todo o evento não teria efeito se não tivesse sido veiculado amplamente pela imprensa local. De fato, a iniciativa do comitê foi veiculada localmente, nas cidades da região e também na capital paulista. Na Figura 1, acima, temos uma cópia do cartaz que convidava toda a população a comparecer à sabatina com os vereadores para debater as proposições da agenda e cobrar respostas.

Depois de apresentadas as propostas, a Câmara dos Vereadores, a Prefeitura e também o deputado estadual eleito por Jundiaí Pedro Bigardi (PcdoB) foram pressionados para oferecer respostas. A Prefeitura recebeu os representantes do comitê e respondeu formalmente com relação aos pontos que cabiam ao Poder Executivo. O deputado Bigardi também se reuniu com alguns integrantes do mesmo comitê e a Câmara abriu espaço para uma sabatina em que foram debatidas as propostas pertinentes ao legislativo. Depois desta sabatina os vereadores Durval Orlato (PT) e Paulo Sérgio Martins (PSDB) também responderam ponto por ponto da agenda utilizando o próprio espaço do site Cidade Democrática.

Somente até aqui, já é possível constatar que o grupo foi vitorioso em abrir um espaço de diálogo com o poder público. O próprio perfil político conservador de Jundiaí – com os Poderes Executivo e Legislativo nas mãos do mesmo partido (PSDB) há vinte anos – torna esta uma conquista pouco comum. Mas além disso, a verdadeira vitória do coletivo em sua primeira iniciativa foi a aprovação da mudança de horário das audiências públicas.

O decreto do presidente da Casa José Galvão Braga Campos (PSDB) sobre o regimento interno passou a tramitar na Câmara em dezembro daquele ano (2009) e

²⁷ Instalada em 2006 por iniciativa do então vereador e médico Cláudio Miranda (atual PSC), que idealizou o projeto ao lado de Mauro Menuchi (PSB), a comissão nunca havia recebido um projeto.

foi aprovado em regime de urgência no dia 30 de março do ano seguinte. O resultado também foi comemorado na internet com uma postagem do Voto Consciente:

Desde 2008 foram muitos eventos, dezenas de matérias em que pedíamos as audiências públicas à noite e, com o programa de metas legislativas (2008) e a Agenda Cidadã (2009) conseguimos gerar mobilização pela causa! (...) *Ontem o resultado veio: "Audiências públicas serão à noite"* <http://www.portaljj.co...> (<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/262-mudanca-do-horario-das-audiencias-publicas-para-o-periodo-noturno>)

Entretanto, a notícia de uma vitória também avisava que o trabalho apenas havia começado. Além de conseguir modificar os horários, os próximos desafios seriam levar cidadãos às audiências e também garantir que o modelo de audiência de fato desse oportunidade de participação à população. Perguntado sobre o que mudou na Câmara a partir do decreto citado, respondeu o vereador da oposição Durval Orlato (PT):

A presença aumentou um pouco. Mas o formato da audiência não privilegia o cidadão a vir participar, ele fica pra falar por último. Então, são todas as distorções do sistema que ainda não estão preparadas ou aptas a estimular o cidadão a participar. Na outra ponta, o cidadão, como nunca esteve acostumado a participar, tem alguns que vem em audiência pública que dá vontade de pegar a pastinha e ir embora quando começa a falar. Porque a audiência pública tá falando do orçamento o cidadão vai falar do problema, às vezes que... minha filha tem problema e não consegue no INSS aposentadoria, vem lá e fala na sessão. Então assim, acho que é o momento que deram pra ele falar foi esse... Como tem tão pouco, é isso que eu quero dizer, ele vem no momento que é oportuno e fala. Mas ainda assim, as audiências aqui começam às sete horas da noite, falam os expositores, secretários, não sei o que, depois abrem perguntas pros vereadores, e lá pras dez da noite, dez e meia da noite, abre pra população presente que já ficou três horas e mais ouvindo. Isso é porque só tem uma audiência pública na Câmara pra cada grande projeto. Então até nós vereadores, é a primeira vez que fazemos contato com alguns secretários sentados ali juntos pra debater. Então a gente que vem propondo que se façam duas ou três audiências públicas, escalonadas pra que haja uma participação. Mas enfim, o sistema aqui não é pra ter participação. Por que a participação atrapalha a manutenção do poder. (Durval Orlato)

4.3 – AÇÃO CONTINUADA DO COMITÊ CIDADE DEMOCRÁTICA

De fato, a constatação de que o sistema político local não está preparado para a participação é o que torna necessário um esforço coletivo pela cidadania, como este que estamos descrevendo em Jundiá. Contudo, a existência de uma coalizão

como o Comitê Cidade Democrática se torna relevante não porque existem impedimentos para a participação, mas porque na política – como na vida – sempre está em aberto a possibilidade de mudança. Depois de apresentar suas primeiras propostas e obter resultado satisfatório para uma delas, o comitê encontrou novas oportunidades e também desafios para enfrentar.

Ainda no ano de 2009, um fato surpreendeu positivamente os usuários jundiaenses do site. Ao invés de terem que ir à caça dos políticos locais para cobrar-lhes resultados, desta vez foi um vereador que veio ao encontro dos participantes do Cidade Democrática para pedir apoio ao seu projeto de lei.

A emenda²⁸ à lei Orgânica do Município, proposta por Paulo Sergio Martins (PV), eliminaria o voto secreto no Legislativo Municipal e promoveria mais transparência nos processos decisórios locais. No site Cidade Democrática a repercussão foi instantânea e de total aprovação. A plenária da Câmara estava marcada para dois dias depois e, segundo o noticiário local, teve presença massiva de cidadãos e notadamente de três grupos que apoiaram a aprovação da emenda: a Associação Maçônica de Jundiaí, a OAB Jundiaí e o Comitê Cidade Democrática²⁹.

De acordo com o comentário deixado pelo representante do Voto Consciente no site, a eliminação do voto secreto era uma das três propostas que tinham poder de tornar a política mais transparente e participativa. As outras duas eram: *Aprovar legislação sobre Plebiscito, Referendo e outras formas de facilitar a participação popular*, de Durval Orlato (PT), e *Aprovar uma emenda na Lei Orgânica do Município*³⁰ *para implantação do Programa de Metas do Município*, de Marcelo Roberto Gastaldo (PTB). O projeto do vereador do PT foi rejeitado na Câmara e a emenda do vereador do PTB foi retirada da pauta. Dos três projetos que foram citados como capazes de mudar o jogo de forças da política local, apenas aquele

28 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ No. 94/2009 - PAULO SERGIO MARTINS - Altera a Lei Orgânica de Jundiaí, para revogar previsão de voto secreto na deliberação sobre veto. APROVADA EM 2o TURNO, dia 10 de Novembro de 2009

29 A informação foi obtida em dois sites: Rede Bom Dia (<http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Dia-a-dia/2073/BOM+DIA+sabatina+Paulo+Sergio+Martins>) e PortalJJ (http://www.portaljj.com.br/interna.asp?Int_IDSecao=8&int_id=94869)

30 Bibliog. Consultada: Proposta de Emenda para implantação de Programa de Metas <http://www2.camarajundiai.sp.gov.br:81/camver/PELOLEGI/0800089.pdf>

proposto por um vereador da bancada governista – Paulo Sergio Martins do PV, coligado com o PSDB, que presidia a bancada governista – foi aprovado.

De acordo com os dados que levantamos acerca da alternância política em Jundiaí, apesar de a população desta cidade ter eleito candidatos do PSDB nos últimos 20 anos, os percentuais de votos das últimas três eleições indicam que este apoio está diminuindo. Em 2000, Miguel Haddad se elegeu com quase 59% dos votos, em 2004 seu sucessor se elegeu com 54% e na última eleição o mesmo Miguel Haddad só não foi ao segundo turno por uma diferença de apenas 0,3 por cento com relação aos outros candidatos. Ou seja, o prefeito da gestão que corresponde ao período deste estudo ganhou a eleição com 50,03% dos votos e a tendência estatística indica a chance de um segundo turno na eleição municipal de 2010. Sendo assim, segundo nossa análise, a rejeição e o adiamento das propostas da oposição indica claramente que a base governista detentora da maioria na Câmara fez suas escolhas de modo a fechar as portas para a implementação de importantes instrumentos da cidadania. Esta análise indica, mais uma vez, que a atuação do Comitê Cidade Democrática estava sendo oportuna para aproveitar a possibilidade de mudança que está em andamento.

Os comentários que coletamos na imprensa local, no fórum eletrônico jundiaense instalado no Cidade Democrática e também no depoimento do vereador Durval Orlato (PT) nos informam que havia questionamentos jurídicos que justificavam a retirada da emenda à Lei Orgânica do Município da pauta da Câmara. Contudo, o próximo conjunto de ações do comitê Cidade Democrática que iremos descrever está diretamente ligado à existência de um dispositivo de participação popular na administração pública local.

O Plano Diretor de Jundiaí entrou em processo de revisão pouco depois do início das atividades do coletivo observado. De maneira similar ao Plano de Metas, o Plano Diretor estabelece parâmetros que irão direcionar os investimentos municipais. Desta vez, o levantamento da demanda no Cidade Democrática veio da parte do Deputado Estadual Pedro Bigardi (PcdoB):

discussão restrita de revisão do Plano Diretor, situação que só favorece a especulação imobiliária em Jundiaí. (Problema inserido no site Cidade Democrática em 08/12/2009 <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/508-discussao-restrita-do-plano-diretor>)

Na sequência da colocação do problema, seguiram-se comentários que deram origem a uma discussão qualitativamente mais interessante do que as discussões anteriormente citadas, a saber: Agenda Cidadã, Legislação sobre Plebiscitos e Referendos Populares e também sobre a retirada do voto secreto, que não teve debates online.

A sequência deste debate começou com a inserção dos fatos pertinentes ao problema apresentado. Em menos de uma semana, iria acontecer a 3ª Conferência da Cidade, na qual seriam debatidos alguns pontos de referência para o planejamento urbano e definidas algumas prioridades para a gestão. Paralelamente, a Secretaria Municipal de Planejamento e do Meio Ambiente (SMPMA) iniciou uma pesquisa de base eletrônica³¹ para cumprir a lei que sugeria que houvesse participação popular na revisão do Plano Diretor.

Atendendo a legislação que sugere a revisão do Plano Diretor pelo menos a cada 5 anos a SMPMA gostaria de consultá-lo e saber qual a sua opinião sobre alguns assuntos que envolvem a dinâmica da nossa cidade.

[Clique Aqui e Responda a Pesquisa](#)

Ao clicar no local sugerido pelo texto acima o internauta seria direcionado à página que continha um formulário de pesquisa. Apesar de um comentário que reconheceu a “boa iniciativa” da Prefeitura, todos os demais comentários indicaram insatisfação com a pouca transparência do procedimento que não tinha referência explícita sobre o que seria feito com os dados coletados pelos formulários. Além disso, não havia nenhum tipo de material educativo, ou sequer informativo, que esclarecesse o que representava e qual a importância do Plano Diretor em uma cidade.

31 http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/smpm_planodiretorpesquisa?OpenDocument

O desenho da interface de qualquer página online deve ser correspondente à função que procura desempenhar. Não à toa, entre os elementos mais valorizados na computação social estão a usabilidade e o design, que juntos são determinantes para a acessibilidade do usuário e também o sucesso ou fracasso da iniciativa. Com relação aos sites destinados à participação cívica, um estudo sobre o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte foi enfático ao afirmar que as opções de desenho dos responsáveis pelo dispositivo de consulta refletem o grau de abertura para a interação que está sendo oferecida pelos proponentes:

Assim, são diversos tipos de design de software que podem ser criados com a intenção de valorizar mais ou menos a participação popular, a conversação cívica ou a promoção de informação no ambiente digital, refletindo, por sua vez, o comportamento do agente político responsável pela criação do espaço. (SAMPAIO, R. C., MAIA, R. C e MARQUES, F. P. J. A , Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, no. 2, Novembro, 2010, p.451)

Logo após o término da Conferência, feita de acordo com a legislação do Ministério das Cidades, os comentários no fórum passaram a reivindicar que a revisão do Plano Diretor fosse acompanhada pela população através de debates públicos. Neste sentido, o vereador Durval Orlato esclareceu no fórum:

O Conselho do Meio Ambiente e a Comissão do Plano Diretor devem opinar sobre a revisão do Plano Diretor, que por força de lei deverá ser enviado até janeiro de 2010 para a Câmara Municipal.

Na etapa de elaboração pelo Poder Executivo, os debates ocorrem nestas instâncias apontadas acima, que emitem relatórios sobre suas conclusões. Estes órgãos poderiam, se desejassem, marcar reuniões ampliadas com a participação da sociedade, em horário compatível para maior debate.

Depois que o Projeto de Lei do Plano Diretor vem para a Câmara Municipal, deve ocorrer ao menos uma audiência pública sobre a questão. Portanto, a etapa de maior participação seria na elaboração do Plano Diretor pelo Poder Executivo. Vale lembrar que tanto no COMDEMA quanto na Comissão do Plano existem cidadãos representando a sociedade, mas que também podem marcar audiências públicas para dar vazão a maior participação popular. (<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/508-discussao-restrita-do-plano-diretor>)

Como o cronograma da Prefeitura estava atrasado, soube-se que a população teria um pouco mais de tempo para pressionar os governantes locais para haver

debates. A partir daí, o Comitê Cidade Democrática deu início a uma ampla mobilização para que houvesse pelo menos uma audiência pública de debate sobre a revisão do Plano Diretor.

Primeiramente, o Voto Consciente começou a publicar em seu blog mais informações sobre o que é e para quem serve um Plano Diretor. Depois, foi sugerido que utilizassem o blog do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) para fazer propostas, denúncias e perguntas. Neste ponto, o ano de 2010 já havia iniciado e o Comitê Cidade Democrática convocou para 09 de Janeiro uma reunião no Sindicato dos Engenheiros, com a intenção de definir metas para o ano que se iniciava e, de acordo com o anúncio, “sair com definição de ações concretas, principalmente em relação ao Plano Diretor de Jundiaí” (<http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/508-discussao-restrita-do-plano-diretor>).

O resultado da reunião gerou um novo tópico no fórum do Cidade Democrática em que foram registradas uma série de ações. Inicialmente, o tópico³² descrevia os motivos pelos quais o Comitê Cidade Democrática passava a coletar assinaturas “Por PELO MENOS UMA Audiência Pública”. A intenção era conseguir 1% dos eleitores da cidade, o que representava duas mil assinaturas. Como nas outras ações do comitê já descritas, a imprensa acompanhava de perto o andamento de suas atividades. Antes mesmo que atingissem o número necessário, a Prefeitura marcou uma audiência para o dia 09 de Fevereiro.

Apesar de a audiência ter sido realizada, as mesmas questões que já citamos quanto ao formato de audiências públicas em Jundiaí se fizeram presentes e o fato chegou a gerar uma moção de repúdio do COMDEMA³³. Além de um formato inadequado para a participação e do fato de a audiência ter sido num dia de semana e no período da manhã, ficou claro para os cidadãos que queriam participar que a audiência era meramente expositiva, com possibilidade de serem tiradas dúvidas com os técnicos presentes e nenhuma arguição possível. O trecho a seguir, foi publicado no Jornal de Jundiaí e esclarece que tipo de audiência estava sendo requisitada:

“É preciso ouvir a população, mas de que modo? Uma enquete? Não. Não se

32 <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/606-por-pelo-menos-uma-audiencia-publica>

33 Publicado em <http://comdemajundiai.blogspot.com/2010/02/audiencias-publicas.html>

pergunta a todo mundo sobre tudo. Se for falar da Ponte São João, tenho que ouvir o morador de lá, não do Eloy Chaves. Participação é a pessoa que está ali, vivendo. O meu conhecimento é técnico. O dele não. É de vida”, disse o arquiteto. (http://www.portaljj.com.br/interna.asp?Int_IDSecao=8&Int_ID=107770).

Mesmo depois desta audiência considerada inadequada e insuficiente, a SMPMA já passou a anunciar que não faria mais nenhuma audiência pública, pois o projeto seguiria para aprovação na Câmara. De acordo com a legislação, a partir deste momento os debates seriam na Câmara e qualquer mudança deveria ser feita por meio de emendas parlamentares. Sem desistir, o Comitê Cidade Democrática passou a se empenhar mais para conseguir as assinaturas que precisava. As contribuições aos tópicos do Cidade Democrática continuavam e serviam para incentivar a continuidade da iniciativa e convocar mais participantes para irem às ruas coletar adesões. Ao final da coleta (Figura 2), 3.400 cidadãos haviam deixado sua assinatura solicitando que houvesse mais oportunidade de participar de um processo tão importante para a cidade.



Figura 2:

(<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2010/04/09/pre-feitura-de-jundiai-nao-que-mais-%E2%80%9Cpalpite%E2%80%9D-no-plano-diretor/>)

Apesar de todo o apoio popular, o lema de “Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social” expresso na Conferência Municipal da Cidade de Jundiaí³⁴ ainda não estava pronto para ser aplicado. A notícia pôde ser lida no blog do jornalista Milton Jung³⁵ da Rádio CBN:

Cerca de 3.400 assinaturas e a mobilização da sociedade não sensibilizaram a Prefeitura de Jundiaí a ampliar a discussão sobre o Plano Diretor Estratégico da cidade do interior paulista com o cidadão. Na reunião do Comitê Gestor, realizada esta semana, o secretário municipal de Planejamento Jáderson Spina anunciou que não aceita a realização de ao menos uma audiência pública, como foi requerido em documento organizado pelo Movimento Voto Consciente de Jundiaí e outras organizações sociais, antes do projeto ser enviado à Câmara Municipal.

Em resposta à negativa da Prefeitura, o Comitê Cidade Democrática ainda insistiu mais um pouco. Montou uma audiência pública própria na qual o processo de revisão do Plano seria avaliado. Para isso, chamaram o ex-vereador paulistano pelo PT e especialista em Plano Diretor, Nabil Bonduki. De acordo com os critérios que o comitê estabeleceu, o Plano Diretor de Jundiaí recebeu a nota 3,2. Certamente, este evento teve apenas um efeito simbólico, mas para este coletivo de jovens foi a consagração de toda a ação coletiva que foi empreendida.

O final do processo conduzido pela Câmara dos Vereadores foi cheio de debates e controvérsias que ainda se referiam à pouca oportunidade dada à população. Das 78 emendas sugeridas pelos vereadores, 24 foram somadas ao texto e, enfim, ao menos uma delas teve sabor de vitória para o Comitê Cidade Democrática. O Plano Diretor aprovado tornou lei a implantação de 25 quilômetros de ciclovia na cidade – atendendo assim mais uma das reivindicações listadas na Agenda Cidadã. Com relação às conquistas que o comitê teve ou deixou de ter, deixamos registrado o depoimento de Parra Parra Filho:

A gente acredita no Cidade Democrática porque a gente já sabe que é muito difícil pra uma ONG influenciar política pública. Então a gente sabia que a nossa capacidade de influenciar fazendo reunião é limitada. Então a gente precisa investir mesmo em conseguir massa crítica, e que as questões se

34 <http://www.camarajundiai.sp.gov.br/cmjnet/content/view/1339/334/>

35 <http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2010/04/09/prefeitura-de-jundiai-nao-que-mais-%E2%80%9Cpalpite%E2%80%9D-no-plano-diretor/>

sobreponham a tudo isso, pra que influenciem as políticas públicas mesmo. A gente encara que quanto mais usuários estiverem ativos, atuantes, e quanto mais questões relevantes surgirem, as nossas ONGs também vão ser, os nossos movimentos e as organizações das quais a gente participa também vão começar a ser influenciadas por estas questões. Então a gente encara como médio a longo prazo. Então é natural, a gente encarou de forma bem natural, e ficou até impressionado com as questões que foram bem implementadas. Construir 25km de ciclovia, mudar os horário da audiência pública, são coisas que a gente não achava que seriam fáceis e que avançaram. (Henrique Parra Parra Filho)

Neste ponto, encerra-se o período de atividades do Comitê Cidade Democrática que interessam a esta pesquisa. Nos períodos seguintes, o Voto Consciente deu início a atividades pertinentes ao período eleitoral em que buscava fomentar reflexões dos eleitores sobre os candidatos que elegeriam. De toda maneira, as atividades desta e das outras entidades continuaram a ser difundidas com o auxílio do site Cidade Democrática. Entretanto, no período pré-eleitoral até o resultado da eleição 2010 cada entidade priorizou suas próprias agendas.

Findadas as eleições, o Comitê Cidade Democrática retomou suas ações coordenadas e também reformulou suas estratégias. A partir de agora, as campanhas serão direcionadas para tornar os usuários do site mais ativos. Em seus planos o comitê pretende que cada cidadão seja um mobilizador para alguma causa, trazendo mais pessoas para o site e qualificando o debate. No entanto os resultados da nova estratégia estão além dos limites temporais desta pesquisa.

5 – CONCLUSÕES

Depois de uma descrição detalhada sobre os eventos políticos de Jundiaí entre 2009 e 2010, podemos compartilhar as compreensões que o caso nos trouxe. De fato, a unidade a que estivemos chamando “caso” se refere não apenas aos eventos promovidos coletivamente pelo Comitê Cidade Democrática, mas ao período de mudanças em andamento na sociedade, que pode ser associado à utilização cada vez mais intensiva das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Do que se pode observar na evolução dos aplicativos digitais desde que a internet começou a operar abertamente, entendemos que existe um processo de adaptação mútua entre as tecnologias e as necessidades dos usuários. Ou seja, na mesma medida em que os usuários se adaptaram às peculiaridades dos softwares ligados à Internet, também houve uma crescente adaptação dos códigos de programação às necessidades dos usuários. Assim sendo, do mesmo modo que a política é uma parte inextrincável da vida em sociedade, sempre houve uma expectativa de que a política fosse transformada na mesma proporção que houvesse aplicativos capazes de mediar, pela rede, as necessidades políticas de seus usuários.

O Comitê Cidade Democrática está diretamente relacionado à existência de um dispositivo tecnológico que permitisse sua configuração. O nascimento deste grupo se deu no início do mesmo contexto em que diversos outros grupos de ação política demonstram a completa adequação das ferramentas digitais para acionar o engajamento político de cidadãos nas diversas partes do mundo. As ações que este grupo realizou foram além dos limites do site Cidade Democrática e o conjunto de eventos ocorridos em Jundiaí nos forneceram alguns dados acerca da utilização de ferramentas digitais para a mobilização política urbana. A seguir, será exposto o que pudemos constatar a partir da sequência de eventos políticos em Jundiaí e das interações que acompanhamos através do Cidade Democrática.

Em primeiro lugar detectamos que mesmo com o caráter eminentemente não hierárquico do Comitê Cidade Democrática, foi fundamental a existência de um protagonista que liderasse a formação do grupo.

Do que foi observado, sem a iniciativa de Henrique Carlos Parra Parra Filho, o coletivo de Jundiáense não teria existido. Por certo, vários elementos concorreram para a formação do Comitê e, no entanto, o senso de oportunidade deste agente é que o permitiu ativar sua rede de contatos da maneira que fez. De acordo com De Franco (2011) na perspectiva das organizações em rede, Henrique agiu como um *netweaver*, isto é, uma pessoa capaz de tecer a rede, estabelecendo pontos de contato e estimulando a interação.

À parte do papel exercido por Henrique, entendemos que sua atuação foi totalmente coerente com aquilo que Rodrigo Bandeira chamou de *agente de transformação*, quando se referiu ao tipo de pessoa capaz de dinamizar o uso do site Cidade Democrática. Esta compatibilidade entre o que está previsto na concepção do site e o que se deu na sua utilização, em Jundiá, ajuda a explicar a adequação desta ferramenta aos objetivos do Comitê.

O segundo ponto que podemos destacar é relativo à eficácia demonstrada pelo site Cidade Democrática. Ainda que, de fato, o próprio Comitê tenha nascido acoplado ao site, e por isso muito bem adaptado às suas funcionalidades, é notório que qualquer trabalho feito em grupo envolve diversas dificuldades especialmente no que tange a equalização das necessidades particulares. Sendo assim, o site se mostrou uma ótima ferramenta de mediação de debates em público.

Em nossa análise, o fator que torna o aplicativo uma ferramenta adequada de debates para a cidadania é a separação dos tópicos de seu fórum entre *problemas* e *propostas*. Como foi observado, esta divisão define um critério simples para as contribuições dos usuários e, em certa medida, estimula a objetividade das contribuições. Para o coletivo Jundiáense, a ferramenta foi conveniente, não apenas por esta divisão fundamental, mas por toda a funcionalidade integrada ao fórum online, que permitiu a formulação colaborativa de uma agenda de prioridades, composta, basicamente, pelas propostas e problemas inseridos no contexto de Jundiá dentro do site.

O terceiro destaque extraído desse caso se refere a um dos pontos em que o Comitê esteve mais fortalecido. Apesar de não ter alcançado todas as exigências que

faziam à Prefeitura de Jundiaí no caso das audiências públicas sobre o Plano Diretor, ficou evidente que o uso das ferramentas digitais constitui somente uma parcela do engajamento político total, necessitando ser complementada por outros tipos de ação. De fato, foi quando os participantes estiveram nas ruas coletando assinaturas que conquistaram a chance de participar de *“pelo menos uma audiência pública”* - usando aqui a expressão que o grupo difundiu. Sobre este ponto, concluímos que as *“demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento”* (TILLY, 2002) são complementares poderosos das atividades políticas feitas no ciberespaço. Para o referido autor, estas manifestações, comumente feitas em praça pública, são caracterizadoras dos movimentos sociais, e nos leva à compreensão de que continuam necessárias diante do padrão de resposta que o governo local apresentou.

Ao final do processo de questionamento da Revisão do Plano Diretor, o Comitê Cidade Democrática teve um saldo de duas conquistas: a realização de uma audiência pública e a inclusão de um plano cicloviário no texto final. Entretanto, o objetivo mais importante que era tornar a revisão efetivamente participativa não foi alcançado.

Não temos dados suficientes para avaliar o processo decisório que envolveu tanto a não realização de mais audiências, quanto a inclusão do plano cicloviário no Plano Diretor. Entretanto, a maneira como se deram os fatos demonstram que não houve disposição do governo local para acolher a demanda de participação popular que estava evidente. De fato esta conclusão é depreciativa para gestores em um regime democrático e, também, mostra que, em si, as conquistas do Comitê não refletiram o estabelecimento efetivo de um diálogo com o poder público, ainda que representaram avanços significativos para a continuidade deste coletivo. A circunstancialidade das conquistas iniciais do Comitê demonstram que ele foi bem sucedido em cumprir seu papel na esfera pública, ao colocar à prova sua capacidade de agir coletivamente nos momentos oportunos.

A falta de diálogo entre poder público e sociedade civil parece ser um sintoma geral na governança praticada em todo o mundo. O fato de termos encontrado mais de quarenta aplicativos de webcidadania no Brasil e no mundo é um dado suficiente

para confirmar esta hipótese, já que os números são a expressão de uma demanda reprimida.

Como já foi dito, é provável que somente o uso de mídias sociais eletrônicas tenha que ser complementado com demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento, feitas nas ruas. Ainda assim, a interação de cidadãos mediada por computadores supre uma condição *sine qua non* para chegar ao ponto de passar da conversa para a ação. Neste caso, o uso do ambiente digital para hospedar os debates é tão valioso quanto a interação presencial e, em alguns casos, pode ser até mais proveitoso.

O próprio caso das revoltas ocorridas no início de 2011 na Tunísia, no Egito e na Líbia é uma prova do argumento que estamos levantando. Outra prova é que alguns países de governos opressivos como China e Irã monitoram constantemente as trocas de mensagens de seus cidadãos, exatamente por saberem o perigo que a liberdade de trocas representa para regimes autoritários.

Uma entrevista³⁶ concedida por um ativista egípcio via Twitter foi acompanhada por este pesquisador e nos informou que, além da própria ditadura vigente há longos anos, fatos recentes daquele país tinham gerado descontentamento na população. O mesmo se deu na Tunísia quando um jovem desempregado se auto imolou em reação desesperada frente à sua situação econômica. Destes fatos, entende-se que o clima de insatisfação já era latente nestes países e foi alastrado com ajuda da troca de mensagens, principalmente via Twitter e Facebook. Portanto, numa sociedade em que as redes sociais virtuais são parte integrante do cotidiano dos cidadãos, até mesmo o simples encaminhamento de uma mensagem de protesto já significa um ato político.

Os resultados obtidos a partir da atividade política mediada por mídias digitais serão um reflexo da realidade de cada país. Em regimes totalitários, provavelmente se fará necessário o uso de uma força equivalente – com ou sem o uso de violência. Para os países regidos pela democracia, talvez seja mais complexo descobrir a

36 http://storify.com/hrheingold/interview-with-aalam-wassef-continued?awesm=sfy.co_2Wi&utm_campaign=hrheingold&utm_content=storify-share&utm_medium=sfy.co-twitter&utm_source=direct-sfy.co

resposta para a pergunta: qual a força necessária para tornar completamente democrático um regime que apenas parcialmente faz valer a máxima de que *“todo o poder emana do povo”*³⁷? O caso que foi descrito nesta dissertação demonstrou que já existem instrumentos e também pessoas dispostas a começar o diálogo. Resta saber quando haverá uma resposta consistente dos governos.

37 Constituição Federal da República Federativa do Brasil, Artigo 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Chris. **Free: grátis**: o futuro dos preços. Rio de Janeiro : Elsevier, 2009.

ANDUIZA, Eva; CANTIJOCH; Marta e GALLEGO, Aina; Political participation and the Internet: a field essay. **Information, Communication & Society**. Barcelona, vol.12, n.6, p. 860-878, 2009.

BICICLETADA JUNDIAÍ. Blog da Bicicletada Jundiaí. Disponível em <<http://bicicletadajundiai.blogspot.com/>>. Acesso em 30 março 2011.

BORGES, Roberta. Cidade Democrática pede audiência. **Jornal de Jundiaí**, Política, 18 março 2010. Disponível em <http://www.portaljj.com.br/interna.asp?Int_IDSecao=%208&Int_ID=107770>. Acesso em 30 março 2011.

_____. Voto Aberto passa em 1o turno. **Jornal de Jundiaí**, Política, 28 outubro 2009. Disponível em <http://www.portaljj.com.br/interna.asp?Int_IDSecao=8&int_id=94869>. Acesso em 30 março 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. **Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Jundiaí**, n.89, 2008. Altera a Lei Orgânica de Jundiaí, para instituir o “Programa de Metas” do Executivo. Disponível em <<http://www2.camarajundiai.sp.gov.br:81/camver/PELOLEGI/0800089.pdf>>. Acesso em 30 março 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 – A sociedade em rede. São Paulo , Editora Paz e Terra, 2004.

CERIONI, Edu; OLIVEIRA, José Arnaldo. Bom Dia sabatina Paulo Sérgio Martins. **Agência Bom Dia**, Dia-a-dia, 11 março 2009. Disponível em <<http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Dia-a-dia/2073/BOM+DIA+sabatina+Paulo+Sergio+Martins>>. Acesso em 30 março 2011.

CINECLUBE CONSCIÊNCIA. **Blog Cineclube Consciência**. Disponível em <<http://cineclubeconsciencia.blogspot.com/>>. Acesso em 30 março 2011.

CLEAVER, Harry. The Zapatista Effect: the internet and the rise of an alternative political fabric. **Ciberlegenda**, n.3, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/cleaver.htm>>acesso em 05 outubro 2010.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JUNDIAÍ, 3., 2009, Jundiaí. **Relatório**, [2009?]. 9p. Disponível em <<http://www.camarajundiai.sp.gov.br/cmjnet/content/view/1339/334/>>. Acesso em 30 março 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE JUNDIAÍ. Audiências Públicas. **Blog Comdema – Jundiaí-SP**, 12 fevereiro 2010. Disponível em <<http://comdemajundiai.blogspot.com/2010/02/audiencias-publicas.html>>. Acesso em 30 março 2011.

DE FRANCO, Augusto. **Fluzz**: vida humana e convivência social nos novos mundos altamente conectados do terceiro milênio. São Paulo, 2011. 382p. Disponível em <<http://www.slideshare.net/augustodefranco/fluzz-book-ebook>>. Acesso em 30 março 2011.

DIANO, Mario; BISON, Ivano. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, no 3, p. 219-250, janeiro-julho de 2010,

FÓRUM CAXAMBU. **Blog do Fórum Caxambu**. Disponível em <<http://forumcaxambu.blogspot.com/>>. Acesso em 30 março 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

INSTITUTO SEVA. **Cidade Democrática**. Disponível em <<http://www.cidadedemocratica.org.br>>. Acesso em 30 março 2011.

_____. **Webcidadania**. Disponível em <<http://www.webcidadania.org.br>>. Disponível em 30 março 2011.

JORNAL DE JUNDIAÍ. **Portal JJ**. Disponível em <<http://www.portaljj.com.br/default.asp>>. Acesso em 30 março 2011.

JOSEPH, Ricardo. **Urbanias**. Disponível em <<http://www.urbanias.com.br>>. Acesso em 30 março 2011.

JUNG, Milton. Adote um vereador ganha adesões no Wikia. **Rádio CBN**, Blog Milton Jung. Disponível em <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2009/01/19/adote-um-vereador-ganha-rede-social-e-adesoes-no-wikia/>>. Acesso em 30 de março 2011.

_____. Prefeitura de Jundiaí não quer “palpite” no Plano Diretor. **Radio CBN**, Colunas, Blog Milton Jung, 09 abril 2010. Disponível em <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2010/04/09/prefeitura-de-jundiai-nao-que-mais-%E2%80%9Cpalpite%E2%80%9D-no-plano-diretor/>>. Acesso em 30 mar 2011.

LEMOS, André. **O Futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Ed. Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. Inteligencia Colectiva: por una antropología del ciberespacio. INFOMED, 2004. Disponível em <<http://inteligenciacolectiva.bvsalud.org>> Acesso em 30 março 2011.

MARTINS, Paulo Sérgio. **Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Jundiaí**, No. 94/2009. Altera a Lei Orgânica de Jundiaí, para revogar previsão de voto secreto na deliberação sobre veto.

MOVIMENTO ADOTE UM VEREADOR. **Adote um vereador**. Disponível em <<http://vereadores.wikia.com/>>.

MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE. **Cidadania Ativa**. Disponível em <<http://votoconsciente.ning.com/>>. Acesso em 30 março 2011.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CENTRO DE ORIENTAÇÃO AMBIENTAL TERRA INTEGRADA . **Coati**. Disponível em <http://www.coati.org.br/p_inicial/QuemSomos.htm>. Acesso em 30 março 2011.

ORRICO, Alexandre. Maior rede social do país, Orkut ainda atrai marcas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abril 2010, TEC. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u722195.shtml>> Acesso em 30 março 2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **SAC**: Serviço de atendimento ao cidadão. Disponível em <<http://sac.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 30 março 2011.

RHEINGOLD, Howard. Interview with Aalam Wassef, continued. **Howard Rheingold's stories**, 14 março 2011. Disponível em <http://storify.com/hrheingold/interview-with-aalam-wassef-continued?awesm=sfy.co_2Wi&utm_campaign=hrheingold&utm_content=storify-share&utm_medium=sfy.co-twitter&utm_source=direct-sfy.co>. Acesso em 30 março 2011.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Campinas, **Opinião Pública**, vol. 16, no. 2, nov. 2010, p.451.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Pesquisa Online**: Plano Diretor Participativo. Disponível em <http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/porta1.nsf/V03.02/smpm_planodiretorpesquisa?OpenDocument>. Acesso em 30 março 2011.

SHAH, Semil. **What startups focus on politics, elections, voting, etc?**. Disponível em <<http://www.quora.com/What-startups-focus-on-politics-elections-voting-etc?srid=jE>>. Acesso em 30 março 2011.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Portal Seesp**. Disponível em <<http://www.seesp.org.br/site/>>. Acesso em 30 março 2011.

TILLY, Charles. Tradução de Javier Auyero . In: C.G. Andrews and H. Chapman, **The social construction of democracy**, 1870-1990. New York: New York University Press, 1995, p.382-401.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, no.3, p. 133-160, jan./jul. 2010.

VOTO CONSCIENTE JUNDIAÍ. **Seja do Comitê Cidade Democrática**. Disponível em <<http://votoconscientejundiai.com.br/cidade-democratica-2/seja-do-comite-cidade-democratica-jundiai-ccd-jundiai/>> . Acesso em 13 março 2011.

WEBCITIZEN. **Votenaweb**. Disponível em <<http://www.votenaweb.com.br>>. Acesso em 30 março 2011.

ZUMBI ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO AFRO BRASILEIRO. **Grupo ZAMA**. Disponível em <http://www.hploco.com/letra_g/grupozamajundiai/>. Acesso em 30 março 2011.